

Revista

IDEALOGANDO

E-ISSN: 2526-3552

REVISTA CIENTÍFICA / REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPE

CIÊNCIAS SOCIAIS

ANO 3, V.3 N.1 2019



Edição
Produção Científica
em Novas Perspectivas



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Revista Idealizando:

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Imagem da capa

Marcos Cesar Martins Pereira

Revista Idealizando: Revista de Ciências Sociais da UFPE. Ano 3, v. 1
(1): 2019.

Semestral

Resumos em Português e Inglês.

Editores: David Ferreira de Araujo; Rayza Almeida da Hora Silva

Inclui bibliografia

ISSN 2526-3552

1.Ciências Sociais – Periódicos. 2. Antropologia. 3. Sociologia. 4. Ciência
Política I. de Araujo, David Ferreira; Silva, Rayza Almeida da Hora II.
Universidade Federal de Pernambuco. CFCH

CDU 3 (81) UFPE

INDEXADA EM

Academia.edu

BASE - Bielefeld Academic Search Engine

Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral

Google Acadêmico

Latindex

LivRe - Periódico de Livre Acesso

LUX Leuphana

Nelson Mandela University

PKP - Index

REDIB - Portal de revistas Científicas Latinoamericanas

Sindex- Scientific Indexing Services

Social Science Research Center Berlin

SSOAR - Social Science Open Access Repository

Sumários.org - Sumários de Revistas Brasileiras

CONTATOS:

E-mail: revistaidealizando@gmail.com

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealizando/index>

APOIO

Coordenação de Ciências Sociais – UFPE

Pós-graduação em Antropologia - PPGA/UFPE

Revista Idealogando:
Revista de Ciências Sociais da UFPE
Ano 3, v. 1 (1): 2019

A **Revista Idealogando** é uma revista eletrônica, com publicação semestral, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de, servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

Editores

David Ferreira de Araújo
Rayza Almeida da Hora Silva

Comissão Editorial 2019/2020

David Ferreira de Araújo
Jéssica Costa Silva
Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto
Marcos Cesar Martins Pereira
Rafael Rodrigues Leite
Raphael Gouvêa Rompinelli - UFJF
Rayza Almeida da Hora Silva
Renan Baptistin Dantas - UNICAMP
Thiago Henrique de Almeida Carvalho
Wendell Marcel Alves da Costa – UFRN

Fundadores

Clayton Rodrigues da Silva
Wenderson Luan dos Santos Lima

Projeto gráfico, diagramação e capa

Artur Santos de Souza Silva
Marcos Cesar Martins Pereira
Wenderson Luan dos Santos Lima

Revisão

Artur Santos de Souza Silva
David Ferreira de Araújo
Jéssica Costa Silva

Tradução

Ayla Pamella Ferreira da Silva
Arthur Paixão Telles de Menezes

Conselho Editorial

Dr. Carlos Cirino -UFRR
Dr. Cristiano das Neves Bodart - Ufal
Dr. Cristiano de França Lima - FACOL
Dr. Erinaldo Carmo - UFPE
Dr. Marcelo Miranda - UFPE
Dr. Paulo Marcondes - UFPE
Dr. Raimundo Nonato Silva - UFAM
Dr. Reginaldo Prandi, USP
Dr. Renato Athias - UFPE
Dr. Ricardo Mariano, USP
Dra. Ana Claudia Rodrigues - UFPE
Dra. Carmem Lúcia Silva Lima - UFPI
Dra. Conceição Lafayette - UFPE
Dra. Daniela Manica, Unicamp
Dra. Debora Messenberg, UnB
Dra. Lilia Moritz Schwarcz, USP
Dra. Paula Monteiro, USP
Dra. Roberta Bivar Campos - UFPE
Dra. Rosane Alencar - UFPE
Dra. Silke Weber - UFPE

AGRADECIMENTOS

Aos colaboradores e pareceristas *ad hoc*

Ana Carolina Vilas Ramos dos Santos – **Universidade de Brasília**
André Luis de Carvalho – **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**
Bárbara Luisa Fernandes Pires – **Universidade Estadual de Campinas**
Bruno Márcio de Castro Reia – **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**
Camila Escorsin Scheifer – **Universidade Estadual de Ponta Grossa**
Daniele de Jesus Oliveira – **Universidade de São Paulo**
Gabriel Sandino de Castro – **Universidade Estadual Paulista**
Ícaro Yure Freire de Andrade – **Universidade Federal da Paraíba**
João Gabriel Ramos Mendes da Cunha – **Universidade Federal Fluminense**
Luane Bento dos Santos – **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**
Marco Antonio Bestetti Paccola – **Universidade Estadual de Campinas**
Marília Gomes do Nascimento – **Universidade Federal de Pernambuco**
Maria Suellen Timóteo Correia – **Universidade Federal Fluminense**
Orcione Aparecida Viera Pereira – **Universidade Estadual de Minas Gerais**
Renato Alves Viera de Melo – **Universidade de Salamanca – Espanha**
Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior – **Universidade Federal de Minas Gerais**
Rodrigo Rossi Mora Brusco – **Universidade de São Paulo**
Taisa Domiciano Castanha – **Universidade Federal da Bahia**
Talita Jabs Eger – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
Thaís de Oliveira – **Instituto Federal de São Paulo**
Thales Speroni – **Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
Thiago Silva de Castro – **Universidade Federal do Ceará**
Vitor Hugo Rinaldini Guidotti – **Universidade Federal de São Carlos**

E D I Ç Ã O

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM NOVAS
PERSPECTIVAS**

Revista Idealogando:
Revista de Ciências Sociais da UFPE
Ano 3, v. 3 (1): 2019

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS / ARTICLES

APRESENTAÇÃO	1
A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS / THE COQUETRY AND DANCE AS NA ELEMENTS OF SOCIABILITY AMONG THE ENDERLY, IN THE SOCIAL SPACE OF THE SERESTAS Gabriel Joerke	3
BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO Y UTOPIA / BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO E UTOPIÁ César Salinas Ramos	16
ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS / FREVO SCHOOLING: AESTHETHIC AND POLITICAL IMPLICATIONS Larissa Bonfim	26
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO / EXPERIENCE REPORT ABOUT THE ROLE OF SOCIOLOGY INTERSHIP IN THE TEACHER TRAINING AND THE EDUCATION CRISES Aline Maria da Silva Almeida, Aline Oliveira Gomes da Silva, Laís Regina Kruczeveski	37

RESENHAS / REVIEWS

MAUSS, MARCEL. A NAÇÃO, SÃO PAULO, TRÊS ESTRELAS, 2017, 359P 55

Jayme Lopes

APRESENTAÇÃO

A primeira edição do ano de 2019 tem como título: ***Produção Científica em novas perspectivas***. Nesta edição, tratamos sobre a importância do fazer socioantropológico e seus desdobramentos na atualidade. A edição veio compactada com seis trabalhos, constituída de 5 artigos e 1 resenha, perpassando assuntos como educação, performance, cultura popular, epistemologias do sul, marxismo, etc.

Os trabalhos publicados foram submetidos por estudantes da graduação, mestrandos e doutorandos de diversas instituições Nacionais e Internacionais, sendo essas: Pontificia Universidad Católica del Ecuador, IUPERJ/UCAM, PUC-RIO, UEL, UFG, UFPE e UFPR.

Iniciando a edição, dispomos do artigo o trabalho do doutorando Gabriel Joerke, que fala sobre o papel da coqueteria na vida dos idosos, ultrapassando o papel dos jogos de síntese e antítese, mas que coloca os idosos como agentes ativos. A coqueteria estimula o processo de socialização entre as pessoas da terceira idade.

Em seguida, temos César Miguel Salina Ramos discorrendo sobre as contribuições de Echevarría aos estudos Marxistas, fazendo uma análise sobre as modernidades: realista, romântica, clássica, e dando uma maior ênfase na barroca.

Adiante, apresentamos o trabalho da pesquisadora Larissa Bonfim sobre escolarização do frevo. No artigo, a autora mostra como foi o processo de transformação do frevo de dança marginal em uma das maiores representações culturais de Pernambuco.

Logo após, há uma análise sobre o papel do estágio supervisionado na formação do licenciando em ciências sociais. As pesquisadoras Aline Maria da Silva Almeida, Aline Oliveira Gomes da Silva e Lais Regina Kruczeveski colocam que, para uma boa formação docente, os licenciandos devem ter em consonância a pesquisa e o ensino.

Por fim, temos uma resenha da obra “A Nação” do Marcell Mauss” realizada pelo doutorando Jayme K. R. Lopes

Apresentação, Comissão Editorial

Recife, setembro de 2019.

Editores

David Ferreira de Araújo
Rayza Almeida da Hora Silva

Comissão Editorial

David Ferreira de Araújo
Jéssica Costa Silva
Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto
Marcos Cesar Martins Pereira
Rafael Rodrigues Leite
Raphael Gouvêa Rompinelli - UFJF
Rayza Almeida da Hora Silva
Renan Baptistin Dantas - UNICAMP
Thiago Henrique de Almeida Carvalho
Wendell Marcel Alves da Costa – UFRN

**A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES
ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS**

Gabriel Joerke*

**THE COQUETRY AND DANCE AS AN ELEMENTS OF SOCIABILITY AMONG
THE ELDERLY, IN THE SOCIAL SPACE OF THE SERESTAS**

Resumo

A coqueteria e a dança são manifestações sócioafetivas tão antigas quanto a história da civilização. Como forma de jogo do erotismo e um dos elementos da sociabilidade, a coqueteria ocorre de forma leve, lúdica e ampla em espaços de lazer. A coqueteria, na visão simmeliana, é concebida como uma forma de relação intersubjetiva permeada pela paixão, pelo mistério e pelos pressupostos do amor. Nesse jogo, a coquete tem como comportamento característico despertar o desejo através de um jogo de antítese/síntese, insinuação e recusa. A possibilidade do ter e do não ter, como paradoxo, estão presentes, quando não na vida real, pelo menos na forma lúdica. Outro elemento importante no coquetismo é o andar “coleante”, traduzido no requebrado, no andar balanceado, o “bambolear das ancas” numa alternância contínua de mostra e ocultação, sem, contudo, chegar a uma decisão definitiva. A próxima etapa acontece quando ela toma forma adequada de sociabilidade. Ou seja, no momento em que o homem se livra da conotação erótica que, *a priori*, o jogo sinalizara. O papel do homem ultrapassa o papel de mero objeto para entrar no jogo. Ou seja, ao afastar-se do âmbito do desejo erótico, o jogo da sedução transforma-se em jogo da interação; um encanto pelo percurso, pelo meio; onde o gracejo e a ironia deambulam no contexto encantador da sociabilidade. A forma mais pura do coquetismo é a qual envolve uma atividade sem fim. Num estágio último, a coquete, ainda retém, nesse balanço de dar-se e de revelar-se um último sinal de mistério. O homem está

consciente, nesse momento, da promessa inicial que pode ou não ser cumprida (talvez sim, talvez não) pela coquete, mas também se compraz apenas com a arte ou jogo da qual se deleita ao fazer parte. Quando a coqueteria ou coquetismo se manifesta no transcórre do canto, dramatizado pela dança, pode apresentar-se mais frenético e insinuante, dependendo do contexto. O espaço social do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, comporta ambientes sociais que possibilitam diversas formas de sociabilidades. Uma delas são as serestas que envolvem a música, o canto e a dança. Parte de um estudo mais amplo e utilizando como procedimentos de pesquisa a observação participante e o registro de sons e imagens, este trabalho, apresenta e descreve, numa perspectiva simmeliana, a coqueteria e a dança como elementos de sociabilidade entre idosos, em espaço social das serestas, no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: Coqueteria; Canto; Dança; Sociabilidade

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

Abstract

The Coquetry and dance are socio-affective manifestations as old as the history of civilization. As a form of the erotism's game and one of the elements of sociability, the coquetry happens in a soft, fun and wide way on leisure spaces.

The coquetry, in the Simmelian vision, is conceived as a form of intersubjective relationship permeated by the passion, the mystery and by the presupposts of love. In this game, coquetry has as characteristic behavior stimulate the desire through a game of antithesis/synthesis, insinuation and refusal. The possibility of having and not to have, as a paradox, are present, when not on real life, at least on the playful form. Another important element of coquetry is the "wobbling" walk, translated on the shaking movement, on the balanced gait, the "wobbling of the hips" on a continuous alternance between show and concealment, without, however, making a definitive decision. The next step occurs when they take the adequate form of sociability. In other words, in the moment when the man gets rid of the erotic conotation that, at priori, the game sinalized. The man's role goes beyond the role of mere object to enter the game. That

is, by moving away the scope of erotic desire, the game of seduction become a game of interaction; an enchantment by the journey, by the means; when joke and irony roam on the charming context of sociability. The purest form of coquetry is the form that involves a never ending activity. In last stage, the coquet, still retains, in this balance of giving and revealing himself a last sign of mystery. The man is conscious, at this moment, of the initial promise that may or may not be fulfilled by the coquettiness, but he also gets pleasure only by the art or the game which he delights of doing part of. The social space of Palácio do Catete, on the city of the Rio de Janeiro, maintain social environments that enable the possibility of many ways of sociability. one of them are the serenades which involves music, the sing and the dance. Part of an wider study and using as research procediments the participant observation and the recording of sounds and images, this work, presents and describes, in a simmelian perspective, the coquetry and the dance as elements of sociability among the elderly, in a social space of Palácio do Catete, on the city of the Rio de Janeiro

Keywords: Coquetry; Sing; Dance; Sociabilites

* Doutorando em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM), na Linha de Pesquisa Sociedade Civil Organizada, Movimentos Sociais e Terceiro Setor. Doutor h.C em Literuatura pelo Centro Samaritano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos (CSACFH/RJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS). Especialista em Educação para o Pensar pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Filosofia pelo Centro Universitário da Várzea Grande (UNIVAG). Especialista em Didática e Metodologia de Ensino pela FIFASUL. Professor concursado de Educação Básica, Média e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Professor e coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia, no Centro de Referência de Jaciara, Campus São Vicente (IFMT).

E-mail gabriel.joerke@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-9131-4416>;
<http://lattes.cnpq.br/1294626671096024>

Introdução

Este texto tecerá considerações sobre os espaços sociais que propiciam formas e elementos de sociabilidades, em específico a coqueteria e a dança. Resultado parcial de uma pesquisa maior, em nível de doutorado e, utilizando da observação participante, abordaremos a coqueteria e a dança entre idosos nos contextos das serestas que ocorrem no jardim do Palácio do Catete, na perspectiva simmeliana.

Espaços sociais e formas de sociabilidades

Os espaços públicos de lazer são lugares que facilitam formas de interação carregadas de significados, onde as diferenças sociais são temporariamente embotadas. Para Simmel (1929) todo espaço público é construído socialmente, na medida em que as formas de sociabilidades e de apropriação desses espaços são dinâmicas e manifestam processos sociais mais amplos de uma sociedade dentro de um contexto de tempo e lugar.

Geralmente as pessoas buscam o espaço público visando o lazer. O leque semântico do termo *lazer*, oriundos do latim *licere*, segundo Ferreira (1986, p.1016) significa ser lícito, ser permitido. 1. Ócio, descanso, folga, vagar [...] 2. Tempo de que se pode livremente dispor, uma vez cumpridos os afazeres habituais. 3. Atividade praticada nesse tempo; divertimento, entretenimento, distração, recreio.

Dumazedier (1976, p.34) concebe o lazer como

o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para a realização do lazer o tempo livre é um elemento importante. Andrade (2001, p.47) entende por *tempo livre*

... a pausa na preocupação ou na dedicação produtiva de tarefas sistemáticas que dizem respeito aos diversos atos ou procedimentos relativos ao conjunto de cargos, funções e atividades, lucrativas ou não, em termos de *ganhos de bens diversos, sejam estes materiais ou não*.

Quanto às formas de lazer, Andrade (2001) assinala quatro tipos: a) lazer espontâneo, b) lazer programado, c) lazer esporádico e d) lazer habitual. O primeiro acontece como consequência não prevista de alguma atividade; o segundo, como o próprio assinala se dá com previsão e planejamento das atividades; o lazer esporádico, geralmente acontece de maneira

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

fortuita ou ocasionalmente; a quarta forma, o lazer habitual, envolve descompromisso, prazer, liberdade e repetitividade.

Quanto às motivações que levam as pessoas à escolha de determinados tipos de lazer, Andrade (2001, p. 137) destaca:

1) A liberdade; 2) A paz de espírito; 3) A companhia agradável; 4) A ausência de problemas; 5) A solidão; 6) A convivência comunitária; 7) A conveniência econômica; 8) A conveniência financeira; 9) As situações novas; 10) As expectativas de conforto; 11) O poder aquisitivo; 12) O desejo de rupturas; 13) O desejo de aparecer; 14) O amor; 15) A paixão.

Entre os espaços de realização de lazer podem ser levantados: praias, esquinas, bares, cinemas, teatros, anfiteatros, casas de espetáculos, serestas, grupos de samba, blocos carnavalescos, gafieiras, cassinos, bibliotecas, praças e jardins públicos, museus, jogos públicos (futebol, basquete, bilhares, xadrez, damas, dado, cartela, baralhos, ludos, *tangram*, aquáticos, aéreos), jogos de misticismo, jogos eróticos, estádios, hipódromos, circos, tablados, ringues, entre outros (DUMAZEDIER, 2008; PRONOVOST, 2011; ANDRADE, 2001).

Neste texto, teremos como espaço físico e social de observação, o Palácio do Catete. Um espaço urbano e público de lazer, situado no bairro do mesmo nome, na cidade do Rio de Janeiro, onde é possível observar diversas formas de socição, bem como, destacar elementos específicos de sociabilidades nas manifestações culturais. A seguir uma breve incursão.

Palácio do Catete

Construído, a partir de 1858, pelo português Antônio Clemente Pinto (1795-1869), o barão de Nova Friburgo, foi chamado inicialmente de Palácio de Nova Friburgo, depois Palácio das Águias, Palácio do Catete e, a partir de 1960, foi transformado em Museu da República pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Proeminente edifício imperial, voltado para a rua do Catete, no Rio de Janeiro, estende seu jardim para o aterro do Flamengo. A decoração externa, ao estilo neoclássico europeu, bem como o mobiliário, foi encomendada na Europa. Segundo Almeida (1994), refletindo os padrões renascentistas, o prédio comporta três pavimentos internos: (1) serviços gerais, recepções preliminares e salão ministerial; (2) voltado para festas e grandes comemorações, destacam-se os vitrais, a capela e os diversos salões (Azul, Nobre, Pompeano, Amarelo, Mourisco e de Banquetes) e, (3) acomodava os dormitórios e setores mais reservados da família.

Cenário dos principais acontecimentos da República durante a primeira metade do século XX, além de residência aristocrática, serviu de sede da Presidência da República, por onde passaram 22 presidentes, desde Prudente José de Moraes Barros (15/11/1894 a 15/11/1898) a Juscelino Kubitschek de Oliveira (31/01/1956 a 31/01/1961). O Palácio abrigou: (1) a República recém-nascida; (2) as oligarquias dirigentes da República Velha; (3) o totalitarismo do Estado Novo; (4) a redemocratização do pós-guerra e, (5) o desenvolvimento dos anos 50. (ALMEIDA, 1994)

Não só de cenário político o Palácio serviu. Foram frequentadores os escritores Machado de Assis, Arthur Azevedo, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, entre outros. Inclusive Machado de Assis, em *Esaú e Jacó*, dedica um capítulo ao Palácio. Encontros sociais, promovidos por Nair de Tefé, na época, esposa do Marechal Hermes da Fonseca, eram acompanhados por recitais musicais. Segundo dados de Almeida (2011, p.17), “O maxixe *Corta-Jaca*, de autoria de Chiquinha Gonzaga, considerado um estilo de música e de dança impróprio para os salões da aristocracia, foi lançado no Palácio do Catete”.

O Palácio do Catete atualmente abriga o Museu da República em seu prédio principal, onde uma exposição permanente sobre a *Res pública* é aberta ao público. Outros ambientes socioculturais encontram-se distribuídos no seu interior: (1) A livraria, logo no corredor da entrada lateral, dispõe de uma variedade de material bibliográfico, filmográfico, entre outros; (2) salas para apresentações musicais e outros eventos, no piso superior do prédio anexo; (3) ainda na primeira parte térrea do prédio anexo, encontra-se o cinema, com aproximadamente 70 lugares; (4) entre a primeira e a segunda parte do prédio anexo, numa passagem térrea, existe um *bistrô*; (5) finaliza a parte térrea do anexo com a Galeria do Lago, criada em 1997, voltada para arte contemporânea; (6) na parte superior do anexo, de um lado está a biblioteca, a qual abriga um acervo de 16 mil volumes, entre livros, revistas, filmes, etc; (7) outros setores são utilizados por atividades administrativas.

Afora os ambientes internos ao prédio, outra preciosidade do Palácio é seu jardim. Considerado como unidade museológica, com 24 mil metros quadrados de área verde segundo dados do próprio acervo do Museu, foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual (IPHAN), em 6 de abril de 1938, e aberto ao público em 1960. Comporta diversos ambientes sociais, entre eles: (1) um pátio interno, utilizado para diversos eventos socioculturais; (2) uma pequena praça contendo o Chafariz dos Leões; (3) o jardim propriamente dito, dividido por um corredor central, rodeado de palmeiras, sendo cortado por um

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

chafariz que contém o grupo escultórico *Nascimento de Vênus*, cujo prolongamento se direciona à saída posterior que dá ao aterro do Flamengo; (3) corredores periféricos à esquerda e à direita contendo bancos para visitantes, rodeados por gramados, árvores, estatuetas, esculturas, alegorias e animais; (4) uma gruta e um rio artificial; (5) um coreto e; (6) um parque infantil, no canto posterior esquerdo.

Sociação e sociabilidade

Espaço preñado de riqueza histórica nacional, hoje, o Palácio do Catete ou também chamado de Museu da República, propicia um leque variado de possibilidades de cultura e lazer, onde são construídas formas de sociação e sociabilidades. Por *sociação*, Simmel (2006) entende como

... a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (p. 60-61)

Abstraída do conceito *supracitado*, a *sociabilidade* seria “... a forma lúdica de sociação...” (SIMMEL, 2006, p.65). O prazer de *estar com o outro*, de *ser para o outro* e *estar junto ao outro*; nada além da satisfação dos instantes vividos ou de suas lembranças. Desta maneira estariam fora deste contexto: riqueza, posição social, privilégios, fama, erudição; bem como, o que se tem de mais pessoal tal como: maus humores, estados depressivos e ansiosos etc. Ratifica-se o princípio da sociabilidade, na medida em que “... cada indivíduo deve *garantir* ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores *recebidos* por esse indivíduo.” (SIMMEL, 2006, p. 69).

Tendo em vista o anterior, não podemos esquecer que a necessidade de criar uma relação democrática e livre de tensões materiais leva a um mundo artificial de sociabilidade (tipo ideal). Isto posto, como seres humanos, não conseguiríamos nos desprender das nossas tribulações diárias. Por isso, Simmel (2006) nos alerta para a forma mais pura de interação, aquela que acontece entre iguais. Pessoas da mesma situação socioeconômica, com os mesmos valores interagindo num certo “faz de conta” que todos são iguais. (SIMMEL, 1976).

Uma das formas de sociabilidade encontradas no jardim do Palácio do Catete são as serestas. Em número de seis, cada uma tem aquilo que denominam de seu “dono”¹. Seu Vivi e seu Iberê, juntamente com o maestro Viana, deram início às atividades das serestas em 1992. Ditinha Viana, ex-cantora da Rádio Nacional, em 1998, solicitou à diretoria do Palácio horário e espaço para formar outra seresta aos sábados. Em 2010, a Lourdes Ferraz e o Adão (do cavaquinho) organizaram outro grupo seresteiro; na sequência, o Castanha e o Gaúcho. Distribuídas no espaço físico do jardim, funcionam de terça-feira a domingo, comportam aproximadamente de 30 a 40 integrantes cada uma. São utilizados instrumentos musicais tais como: violão, cavaquinho, pandeiro, tam-tam, chocalho, reco-reco e bandolim. Os frequentadores, na maioria, são idosos (septuagenários e octogenários) que residem no bairro e suas adjacências. Fuga da solidão, busca de companhias e partilhas, atrelados à opção pela busca de um lugar que lhes dê segurança, são motivações que levam os idosos ao ambiente das serestas, no contexto do Palácio do Catete. As diferenças sociais se desvanecem na tessitura que partilham prenhes de reminiscências, memórias, devaneios, sorrisos, suspiros, piscadelas, coqueteio, etc. A música, o canto e a dança acalentam lembranças do passado. Parte deles canta, alguns são profissionais da noite; outros amadores, apenas tocam instrumentos e, a maioria dança, sapateia e bate palmas. Embora sentimentos e emoções aflorem através da música partilhada, as serestas do Palácio não são identificadas como tradicionais. Vale fazermos um esclarecimento breve quanto a isso.

Da serenata à seresta

O termo *seresta* assinala Tinhorão (1998), surge no Brasil, no século XX, como desdobramento da antiga tradição de cantoria popular: a *serenata*. Esta se refere ao ato de cantar canções – de caráter sentimental, suave, envolvente – à noite, pelas ruas, com paradas ao pé das varandas das musas inspiradoras. No Período Medieval existiam os trovadores e menestrelis. No século XVIII, na Península Ibérica (Portugal e Espanha), os integrantes eram denominados *serenatistas* ou *serenateiros*; hoje são chamados de *seresteiros*. O pesquisador, compositor e radialista Paulo Tapajós (1913-1990) definiu *serenata* como sendo um concerto ao sereno. Quando acontece dentro de casa, se chama *sarau*. Portanto, a seresta, que surgiu no transcorrer da primeira ou segunda década do século XX, é uma mistura de sarau com serenata.

Todavia, a seresta tem sofrido modificações tanto na forma quanto no conteúdo. De maneira didática e simplificada, é possível traçar duas vertentes de serestas: a seresta

¹ Os donos são: Ditinha Viana, Lourdes Ferras, Castanha, Bia, Seu Vivi e o Gaúcho.

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

tradicional e a seresta moderna. Com forte apego ao costume boêmio original das antigas cantigas ou cantares – de amigo, de amor, de escárnio e de maldizer –, a seresta tradicional não se desvincula da sua forma de canto sentimental realizado nas ruas e varandas das enamoradas, tendo como principais instrumentos: violão, cavaquinho e pandeiro. Exemplos de serestas tradicionais são ainda realizadas em Conservatória, Distrito do Município de Valença, a 120 km do Município de Seropédica, rumo a Pirai e Barra de Pirai, no Estado do Rio de Janeiro. Com uma programação anual de eventos, o Distrito de Conservatória que este ano completa 136 anos de serenatas, abriga dois importantes museus: o Museu Silvio Caldas e o Museu da Seresta. O repertório transcorre por Noel Rosa, Carmem Miranda, Sílvia Caldas (considerado o “Melhor seresteiro do Brasil”), Guilherme de Brito, Vicente Celestino e Nelson Gonçalves, dentre outros. Estados como Minas Gerais e Rio Grande do Norte também praticam este tipo de atividade: músicas cantadas sob o sereno. Com tom melancólico, Raul Sampaio compôs e Francisco Petrônio interpretou *Tempos de seresta*:

Venho das canções em serenata
Dos luares cor de prata
Dos poetas ancestrais.

Onde aquele Rio de Janeiro
Dos balcões aos candeeiros
Que ninguém se lembra mais.

Venho das canções em noite bela
A cantar sobre a janela
Minha amada não me quis.

Resto de seresta a luz da lua
Que hoje anônima flutua
Pelos céus do meu Brasil.

Ouçam-me modernos trovadores
Que o cantar dos precursores
Não é mais o canto seu.

Sonho, amor, canção, poema, aurora
Tudo é pranto para quem chora
Na seresta, choro eu.

Muda o canto, a forma, o verso, a prosa
Mas a rosa é sempre a rosa
Sempre o mesmo este luar.

Meu pendor então se manifesta
Não é tempo de seresta
Mas me deixem recordar.

Por outro lado, existe o que chamam de seresta moderna, à qual vale reportarmos, de antemão, as críticas diferenciadoras, levantadas por Adelino Moreira e interpretadas por Nelson Gonçalves em *Seresta moderna*:

Seresta moderna não tem poesia
Não tem noite de lua
Não tem cavaquinho
Não tem violão
E nem mesmo um pandeiro
Para o samba ritmar.

Seresta moderna
Agora é *Hi-Fi*
Num canto da sala
Num apartamento
Vitrola tocando
Bebida rolando
Gritinhos nervosos
A todo momento.

Um gaiato cantando sem voz
Um samba sem graça
Desafinado que só vendo
E as meninas de copo na mão
Fingindo entender
Mas na verdade, nada entendendo
Pela madrugada
Tudo está em paz.

Ninguém sabe o que faz
Ninguém sabe o que faz
A noite termina
O samba tem fim
Amargurado por ser
Tratado assim.

Se por um lado, como diz seu Vivi, “... numa seresta não pode faltar a valsa”, vemos que a seresta moderna que ocorre no Palácio, abre um leque, não só para a forma, quanto para seu conteúdo. Acolhe ritmos e gêneros diferenciados, embora predomine a música popular brasileira. Inseridos nessa forma de sociabilidades, podemos destacar nas serestas dois elementos de sociabilidades: a coqueteria e a dança.

A Coqueteria e a dança como elementos de sociabilidades

Dada a amplitude de ritmos e gêneros musicais no interior das serestas no Palácio do Catete, os cantos são acompanhados por instrumentos, conjuntos de palmeados e sapateados; por vezes no decorrer do canto não se dança ou se deixa para dançar nos momentos finais em formato de cortejo; algumas pessoas tão somente dançam, não cantam; os músicos não

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

dançam. É nesta polifonia que se destacam e se entrelaçam dois elementos de sociabilidade: a coqueteria e a dança.

O principal texto de Simmel para análise, neste contexto, é *Psicologia do Coquetismo* (1909) inserido no seu ensaio intitulado “Filosofia do Amor”. A coqueteria é concebida como uma forma de relação intersubjetiva permeada pela paixão, pelo mistério e pelos pressupostos do amor.

O filósofo e sociólogo berlinense parte do pressuposto de que só acontece o jogo da coqueteria entre um homem e uma mulher. Nesse jogo, a coquete tem como comportamento característico

... despertar o prazer e o desejo por meio de uma antítese/síntese original, através da alternância ou da concomitância da atenção ou ausências de atenções, sugerindo simbolicamente ao mesmo tempo o dizer-sim e o dizer-não, que atuam como que ‘à distância’, pela entrega ou a recusa... (SIMMEL, 2006, p.95)

A possibilidade do ter e do não ter, como paradoxo, estão presentes, quando não na vida real pelo menos na forma lúdica. Nesse jogo, onde o homem deseja e a mulher provoca este desejo, é importante que aconteça de soslaio, “pelo rabinho do olho”, com a cabeça meio virada, sem se deter, clandestinamente, furtivamente, quase lá. Nas palavras de Simmel (2006, p. 96), o olhar

... não pode durar mais de alguns segundos, de sorte que, voltando-se para, ele já prefigura, com inevitável, o movimento de se esquivar. Ele tem a tração do segredo, do furtado, que não pode ter duração, onde, por conseguinte, o sim e o não estão intimamente mesclados.

Outro elemento importante no coquetismo é o andar “coleante”, traduzido no requebrado, no andar balanceado, o “bambolear das ancas” (SIMMEL, 2008) numa alternância contínua de mostra e ocultação, sem, contudo, chegar a uma decisão definitiva. É um balanço, onde o *conceder* e o *recusar*, realizados com maestria pelas mulheres, não deve chegar ao seu *definitivum*. Talvez sim, talvez não; num jogo eudemonista. Caso isso venha acontecer por fim à arte ou jogo em pauta.

A próxima etapa da arte do coquetismo acontece quando ela toma forma adequada de sociabilidade. Isso quer dizer, enfatiza Simmel (2006), no momento em que o homem se livra da conotação erótica que, *a priori*, o jogo sinalizara. O papel do homem ultrapassa o papel de mero objeto para entrar no jogo (SIMMEL, 2008). Ou seja, ao afastar-se do âmbito do desejo erótico, o jogo da sedução transforma-se em jogo da interação; um encanto pelo percurso, pelo meio;

onde, o gracejo e a ironia deambulam no contexto encantador da sociabilidade. É muito mais um *jogo* ou *arte*, neste momento, do que a própria necessidade de agradar. É a forma mais pura do coquetismo, a qual envolve uma atividade sem fim, como vemos a seguir:

Quando o homem já nada deseja além deste estágio, a convicção de que a coquete não toma as coisas a sério dá-lhe, perante ela, uma certa segurança. Não desejando o sim e sem recear o não, considerando indignas de atenção as eventuais recusas ao seu anseio, o homem pode entregar-se mais plenamente ao encanto desse jogo do que quando deseja, ou por ventura também receia, que o caminho empreendido leve alguma vez ao seu termo. (SIMMEL, 2008, p. 80-81)

Num estágio último, a coquete, ainda retém, nesse balanço de dar-se e de revelar-se “... um último quê misterioso, inacessível” (SIMMEL, 2006, p. 105) quase numa visão da eterna insatisfeita freudiana. O homem está consciente, nesse momento, da promessa inicial que pode ou não ser cumprida (talvez sim, talvez não) pela coquete, mas também se compraz apenas com a arte ou jogo da qual se deleita ao fazer parte. A essência da arte diferencia-se da do coquetismo. A primeira situa-se para além da realidade, sendo que, daí, seu olhar se desvia; a segunda, além de jogar com a realidade, faz parte dela.

O coquetismo, de certa maneira, está ligado ao amor. Este envolve um dualismo intermediário entre o ter e o não ter; do mesmo modo que o amor, não deverá ter fim. Jogo, arte, mistério, paixão, encantamento, maravilhamento são elementos presentes na coqueteria.

Ainda em seu ensaio sobre a coqueteria, Simmel assinala outras formas. O coquetismo também pode apresentar-se em tipos de comportamento geral. As pessoas “coqueteiam”, geralmente, com a realidade (VERNIK, 2009). A vida nas grandes metrópoles, além de nos influenciar com múltiplos incentivos, sejam eles, sonoros, visuais, etc, (SIMMEL, 1976) também nos obriga a, constantemente, “coquetear” frente às situações de tomada de decisões.

Embora Georg Simmel não trate da dança em si, como o faz com o coquetismo, podemos associá-la, pelas suas características, ao jogo da coqueteria. Nesse caso e, voltando para o contexto das serestas no Palácio, algumas ponderações são necessárias: (1) a maioria é participante idoso, septuagenários ou octogenários; (2) prepondera o sexo feminino; (3) o compromisso que têm é com o lazer e a distração; (4) a própria idade lhes apresenta limitações físicas motoras, por vezes mentais.

Em virtude disso, tanto a dança quanto o coqueteio se apresentam de forma leve e suave. O idoso que canta, gosta de ser escutado, observado, apreciado, elogiado, aclamado, solicitado e abraçado. Para tanto ele se prepara; vê-se nas vestimentas, nos adereços, nos cuidados com o cabelo e a maquiagem. O encontro é o momento do real, também do irreal; das

A COQUETERIA E A DANÇA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADES ENTRE IDOSOS, EM ESPAÇO SOCIAL DAS SERESTAS

aparências, também da dor embotada; do desejo aflorado e do contido; das lembranças, dos sonhos perdidos, dos devaneios. A idosa que se levanta para cantar, “incorpora” sua diva intérprete. Sente-se divina na atmosfera dos aplausos, dos olhares fulgurantes dos colegas, da aceitação tácita do grupo. Seu corpo reage ao som da música, dando vazão para o traquejo, o molejo, o vai e vem das cadeiras, o dar-se e não dar-se, num movimento contínuo de prazer e jogo. A idosa sabe que pode, através da música, do canto e da dança, suscitar sentimentos e emoções no grupo. Por outro lado, as pessoas que apenas dançam são impregnadas desse sentimento de prazer na e pela dança. Um exemplo de dança que envolve o coqueteio é o *maxixe*. Este, de acordo com Almeida (1994) consiste na “Dança de par unido, originária na cidade do Rio de Janeiro, onde apareceu por volta de 1870, que caracterizava-se pelo requebro dos quadris, voltas, quedas e movimentos, precursora do samba.” (p.78)

À guisa de conclusão

Como vimos, os espaços urbanos públicos de lazer (parques, jardins, largos, etc) são instâncias propiciadoras de tipos de sociação ou sociabilidades. O envelhecimento traz consigo uma série de limitações, além do estigma social. No entanto, existem idosos que se sobrepõem a isso e procuram por atividades prazerosas que preencham seu cotidiano. Uma das opções assinaladas no texto foi o Palácio do Catete, mais especificamente as serestas que ocorrem no interior do seu jardim. Idosos frequentadores do jardim desenvolvem o sentimento de pertença ao espaço físico e social. Elementos como a música, o canto, a dança e o coqueteio, perfazem esses encontros de partilhas. São momentos onde as classes sociais se diluem num frenesi de emoções do *estar com* e *ser com* o outro; um coqueteio com a realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cicero Antônio F. de. **Catete: memórias de um Palácio**. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Memórias de um palácio*. In: J. SAFRA Instituto Cultural. **Museu da República**. São Paulo: Banco Safra, 2011, p.13-18.

ALMEIDA, Renato. **Música e Dança Folclóricas**. 2.ed. - Rio de Janeiro: MEC, 1971 [Revista Brasileira de Folclore].

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; SESC, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. revista e aumenta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. Tradução de Marcelo Gomes. São Paulo: Senac/São Paulo, 2011.

MUSEU da República. **Conhecendo o Museu da República**: guia do Museu. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

SAFRA, Instituto Cultural. **O Museu da República**. São Paulo: Banco Safra, 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.

SIMMEL, Georg. **Filosofia da moda e outros escritos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia, 2008.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VERNIK, Esteban. **Simmel: una introducción**. Buenos Aires, Argentina: Quadrata, 2009.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018

BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO Y UTOPIA

César Salinas Ramos*

BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO E UTOPIA

Resumen

El filósofo ecuatoriano/mexicano Bolívar Echeverría desarrolla una teoría original dentro del marxismo crítico latinoamericano, partiendo de la contradicción valor de uso y valor de cambio, contradicción que en los tiempos del capitalismo contemporáneo significa generar un ethos concreto y particular que nos permita vivir objetiva y subjetivamente lo invivible, el capitalismo. El filósofo encuentra distintas modernidades que se vinculan dialécticamente con los ethos concretos que surgen espontáneamente para vivir la contradicción que nos plantea la hegemonía del capitalismo en el mundo de la vida: modernidad realista, romántica, clásica y barroca. Siendo este último el tipo particular en que las sociedades latinoamericanas vivimos el capitalismo contemporáneo, una configuración producto del devenir histórico singular de nuestras sociedades, mirada que indaga sobre nuestro ser y busca desesperadamente modernidades alternativas a la capitalista

Palabras Claves: Agricultura urbana; Território; Parque Estadual da Pedra Branca.

Resumo

O filósofo equatoriano/mexicano Bolívar Echeverría desenvolve uma teoria original dentro do marxismo crítico latino-americano, partindo da contradição valor de uso e valor de troca, contradição que nos tempos do capitalismo contemporâneo significa gerar um ethos concreto e particular que nos permite viver objetivamente e subjetivamente o invisível, o capitalismo. O filósofo encontra distintas modernidades que se vinculam dialeticamente com os ethos concretos que surgem espontaneamente para viver a contradição colocada pela hegemonia do capitalismo no mundo da vida: modernidade realista, romântica, clássica e barroca. Sendo este último o tipo particular em que as sociedades latino-americanas vivem o capitalismo, uma configuração produto do singular tornar-se histórico de nossas sociedades, olhar que pergunta sobre nosso ser e procura desesperadamente por modernidades alternativas a capitalista.

Palavras - Chaves: Agricultura Urbana; Território; Parque Estadual da Pedra Branca

* Graduado en Sociología y Ciencia Políticas por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, actualmente maestrante en Estética y Filosofía del Arte en la Universidad Federal de Ouro Preto, becario del Programa de Alianzas para la Educación y la Capacitación Becas Brasil (PAEC), otorgada por la Organización de los Estados Americanos (OEA) y el Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) 2017

E-mail: cesarsalinasramos@gmail.com

El ser hoja seca,
sin haber sido verde jamás.
Orfandad de orfandades.
Y sin embargo, los muertos no son, no pueden ser
cadáveres de una vida que todavía no han vivido.
Ellos murieron siempre de vida.
Estáis muertos.

César Vallejo (1922)

Como pocos proyectos en el pensamiento latinoamericano, el del filósofo ecuatoriano/mexicano Bolívar Echeverría desarrolla una comprensión crítica del devenir civilizatorio del siglo pasado e inicios del presente, con suma originalidad y claramente con los pies situados en esta parte del mundo. En el contexto de la Revolución Cubana y su influencia; de los movimientos de liberación africanos y del “tercer mundo”; el socialismo real y su devenir totalitario; y la consolidación de la modernidad capitalista en su versión americana. Fue miembro de los movimientos estudiantiles berlineses de los 60 y de la facultad de filosofía de la *Freie Universität Berlin*, para después transitar hacia su estancia definitiva en México. En la Universidad Nacional Autónoma de México desarrollo en sus seis primeros años estudios enfocados principalmente en la lectura crítica de *El Capital*. Centro sus preocupaciones en la crítica de la economía política de [Marx](#) (alimentado con lecturas de Heidegger, Braudel y Sartre) y el desarrollo de la [teoría crítica](#) de la [Escuela de Frankfurt](#) (con principal empatía por el pensamiento de Walter Benjamín). En el contexto del devenir histórico de América Latina genera una mirada crítica de la modernidad capitalista y una búsqueda desesperada por una modernidad alternativa.¹

El filósofo realizó una lectura crítica de las obras de Karl Marx, centrando su preocupación en los *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (1857) y *El Capital* (1867), siendo de suma importancia la influencia de las lecturas hechas de Georg Lukács. Las obras trabajadas por el filósofo tienen como punto de partida el análisis de la mercancía, despliega un

¹ Vladimir Sierra lo ubica dentro de la “Teoría crítica excéntrica”, en primer lugar, dentro de la teoría crítica expresada por la escuela de Frankfurt, pero en un círculo excéntrico, partiendo de la idea que existe un círculo nuclear: Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm; así como Benjamín se ubicaría en la parte exterior de los círculos, Sierra agregaría un círculo de los escritores periféricos no europeos que han aportado el desarrollo del pensamiento crítico, en el que se ubicaría el filósofo Bolívar Echeverría (FLACSO-ECUADOR, 2010). En sentido, resalta la confrontación crítica del pensamiento de Echeverría con posturas decoloniales o postcoloniales, principalmente por su fundamentalismo anti eurocéntrico. Echeverría se alimenta de las diversas tradiciones críticas americanas (Che Guevara a José Carlos Mariátegui), europeas (escuela de Frankfurt a escuela de los Annales) y africanas (Fanón), propio de su empatía por todos aquellos que, desde la resistencia, traen la mirada de los vencidos en busca de la emancipación humana.

examen crítico a (..) la apariencia de la riqueza en la sociedad capitalista; examen que vuelve necesario cuando el discurso teórico crítico debe atravesar y problematizar el campo conceptual que se genera espontáneamente en la “esfera ruidosa y superficial” de la circulación mercantil capitalista con el fin de elaborar un saber revolucionario sobre esa riqueza social, en tanto que es ella el eje en torno al cual gira todo comportamiento político de la sociedad. (Echeverría, 1988, p. 66)

Lamará la atención del filósofo el profundo y amplio análisis que se despliega con relación al valor de cambio, como característica de la mercancía que permite la “autovalorización del valor”, frente al descuido del análisis que se desprendería de la otra característica de la mercancía, su valor de uso, como disfrute, consumo concreto y práctico de dicho bien. Precisamente Marx hacía referencia que “Solo un *vir obscurus* que no ha entendido ni una palabra de *El Capital* puede concluir que, en [mi] obra, el valor de uso no desempeña ningún papel”, y agrega: “En mi teoría, el valor de uso desempeña un papel importante de un orden totalmente diferente al que ha tenido en la Economía anterior” (Marx, 1976, p.177). Éste sería el gran reto que Echeverría asumiría principalmente a lo largo de su obra.

A diferencia de la primera generación de la escuela de Frankfurt, que concibe la historia/modernidad como una, la de la razón instrumental, Echeverría define la modernidad realmente existente como múltiple, siendo varias las maneras en que las sociedades reaccionan ante el hecho capitalista que se sucede de manera objetiva en la vida cotidiana. Vivir el hecho capitalista significa

“La contraposición entre esa sustancia trans – histórica o forma fundamental y este modo capitalista o forma histórica moderna (...) El modo capitalista es descrito y explicado como una forma que contradice o deforma -reprime o hipertrofia- la sustancia que la soporta y sobre la que ella se asienta parasitariamente (...) La contraposición que Marx establece es siempre entre la forma social – natural o estrato de valor de uso del proceso de producción/consumo y la forma social – capitalista o estrato de valor (valorizándose) que subsume o subordina a la primera” (Echeverría, El Discurso crítico de Marx, 1986, p. 56)

Este primer principio o lógica, la “natural”, que sería transhistórico o propio de toda comunidad humana concreta, principio que promueve estructurar el mundo de la vida en torno a un telos definido cualitativamente, estilizado y construido cotidianamente a lo largo de la existencia/historia de una sociedad, proceso estructural de carácter profundo y subterráneo. Actúa desde el valor de uso de las cosas, desde su consistencia y disfrute práctico (en este

sentido se despliega una sensualidad particular en relación con la otredad (naturaleza) y otros: comunidad). Y un segundo principio estructurador de la vida moderna, propio de los últimos siglos de la historia, clon abstracto o doble fantasmal de la subjetividad o voluntad social, el valor de cambio de las cosas, automatización de la reproducción social del capital o voluntad cósmica, desarrollo perfectible del proceso de acumulación y explotación. Que pretende estructurar el mundo de la vida en torno a un telos cuantitativo, siempre inalcanzable del incremento por el incremento mismo, el progreso. En la actualidad, el principio estructurador capitalista posee la fuerza suficiente para subsumir o reprimir las diversas formas subterráneas de la forma social-natural, subordinándola a sus intereses.

El concepto de crisis resalta de manera fundamental dentro de la teoría marxista por su conexión con la revolución posible. Echeverría, a partir de su lectura de *El Capital*, la define como

una determinada 'situación límite' a la que ha arribado un determinado proceso de reproducción del sujeto social; una situación tal que el mantenimiento de la vida de este sujeto social – una vida históricamente formada o determinada- se vuelve, de alguna manera, imposible. (Echeverría, 1986, p.144)

Ante este hecho precisamente los individuos concretos adoptan un comportamiento o *ethos* que haga posible la vida y la reproducción social. La base material que le da sustento y sobre el cual actúa este comportamiento se produce sobre

la multiplicidad dinámica y unitaria de identidades [...] que en la actualidad se debería a la presencia simultánea, en todo el conjunto de la población, de distintos estratos y niveles históricamente sucesivos, de actualizaciones o realizaciones de diferentes lógicas de comportamiento, estratos o niveles que se conformaron en diferentes experiencias históricas sucesivas de la población [...], y que fueron así dejando en ella esos diferentes proyectos y esbozos de identidad. (Echeverría, 2008, p 197)

De tal forma que dicho *ethos* siempre se halla en disputa: no existe un tipo de comportamiento que se pueda considerar único, puro o absoluto, pero sí como estructurador concreto o solución concreta en la actuación en el mundo de la vida.²

² "El ser humano entiende su propia existencia como una transcurrir que se encuentra, tensado como la cuerda de un arco, entre lo que sería el tiempo cotidiano y lo que sería el tiempo de los momentos extraordinarios; entre el tiempo de una existencia conservadora, que enfrenta las alteraciones introducidas por el flujo temporal mediante una acción que restaura y repite las formas que han venido haciéndola posible, y el tiempo de una existencia innovadora, que enfrenta esas alteraciones mediante la invención de nuevas formas para sí misma, que vienen a sustituir a las tradicionales" (Echeverría, Juegos, arte y fiesta, 2002).

BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO Y UTOPIA

Echeverría apunta hacia esta conflictividad no resuelta entre los dos principios, y la subordinación de uno hacia el otro, este “requerimiento o espíritu del capital” está presente a diario, “la existencia práctica de todas las cosas consiste en desarrollar un *ethos* o comportamiento espontáneo capaz de integrarlo como inmediatamente aceptable, como la base de una ‘armonía’ usual y segura de la vida cotidiana” (Echeverría, 2011, p. 137). Objetiva y subjetivamente el sujeto se aproxima a las exigencias deformantes del espíritu del capital, manera particular en la que se expresa la enajenación, lo cual se hace evidente de forma clara mediante el proceso de blanqueamiento social³, precisamente como una práctica sobre sí, para cumplir dichos requerimientos hasta en la apariencia física.

Cuatro son los *ethos* que neutralizan y mantienen latente la contradicción entre la forma natural y la forma de valor, comportamientos afirmativos o negativos, de mayor o menor intensidad, respecto al hecho estructurador moderno capitalista.

El primero, el *ethos realista*, hace referencia al intento de negar la contradicción existente, “por su carácter afirmativo no sólo de la eficacia y la bondad insuperables del mundo establecido o ‘realmente existente’, sino de la *imposibilidad* de un mundo alternativo” (Echeverría, 2011, p. 132). Este comportamiento se evidencia en el estilo de vida norteamericano, muy bien representado por Hollywood, el disfrute insaciable de mercancías, la libertad como consumo ilimitado. Podríamos decir que el hombre unidimensional de Marcuse, situado en una sociedad industrial avanzada, en un régimen aparentemente democrático, de mayor eficiencia técnica en la administración social de la población, principalmente efecto de la industria cultural que diseña como futuro único e imposible el éxito y progreso; sujeto que no vislumbra alternativas posibles, que cae en un goce automático y resignado del mundo de las mercancías liberadas y asume como natural la explotación necesaria para la existencia de estos bienes e incluso su forma actual como la única posible para la reproducción de la vida.

El segundo *ethos* es el *romántico*, que también niega la contradicción existente, pero asevera el triunfo de la forma natural sobre la dinámica de la valorización del valor y no su derrota, con la seguridad que el mercado es una invitación a disfrutar de la experiencia de la

³ En el texto “Imágenes de la blanquitud”, Bolívar Echeverría, partiendo del texto clásico de Weber *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*, en el que a partir del análisis de la religión se relaciona la configuración de una subjetividad particular, que garantiza un comportamiento adecuado a la reproducción de la economía capitalista, como una predestinación, un mensaje divino descifrado en prácticas concretas. Partiendo de este hecho, se encarnará el “espíritu del capitalismo” incluso en características físicas que se conciben como la corporeidad misma de los sujetos del capital, lo que genera una búsqueda por la aproximación a dichas características, tanto desde el autodisciplinamiento (cumplimiento de la ley de dios) en búsqueda de un comportamiento particular en relación con una apariencia singular, denominada como blanquitud. Esta estilización hasta corporal se caracterizará por la búsqueda de la blanquitud – fenómeno que no sólo acontece en Latinoamérica, sino en todo África, donde el uso de cremas para blanquear la piel inunda el “mercado de la belleza” (NATIONAL GEOGRAPHIC EN ESPAÑOL, 2018); un fenómeno que se repite a lo largo del mundo desde la India hasta China o Japón.

aventura de los negocios, como proceso de realización individual y social. Ejemplo de este ethos sería la constitución de los Estados Nación, entidades construidas a partir de las comunidades naturales existentes en un territorio delimitado, reconstitución de estas comunidades para adecuarlas a las exigencias de la empresa estatal capitalista. Con la certeza que estos capitales permitirán al pueblo autoafirmarse como nación-identidad ante otras, además de concebirse como la forma Estado Nación la que permite alcanzar el progreso y éxito social.

El tercer ethos es el *clásico*, en referencia al arte⁴ neoclásico, la posibilidad singular de darle forma a un objeto solo puede ser una aproximación más a la forma ideal, que es eterna e inmutable. Asume la contradicción y sumisión de la forma natural ante la forma valor, asume el sentido propio de la tragedia que significa este hecho. Ejemplo de aquello puede ser el Iván Illich de León Tolstoi, el personaje de la novela del mismo nombre que encarna esta actitud frente a las instituciones políticas, administrativas y sociales aristocráticas de la época (vale resaltar la diferencia de los periodos históricos en los que transcurre la vida de este personaje y el periodo histórico en que el espíritu del capitalismo se impone). Mismo ethos que encarna Horacio Oliveira (en una de las lecturas posibles), el personaje de la *Rayuela* de Julio Cortázar, asume un comportamiento de búsqueda de alternativas respecto al hecho capitalista que acontece cotidianamente en las grandes ciudades, alternativas que rayan en el límite de dejar de ser, de desaparecer como tal, por lo cual vivir formas alternativas es desaparecer, dejar de ser tal. No existe objetivamente una alternativa posible mientras el mundo actual posea la fuerza de ejercer su hegemonía sobre la existencia.

El cuarto ethos es el *barroco*, en referencia precisamente al arte de este nombre, que, según Adorno en los *Paralipomena* de su teoría estética, se caracteriza “por ser decorativo no es decir todo. Lo barroco es ‘*decorazione assoluta*’: como si se hubiese emancipado de todo fin y hubiese desarrollado su ley formal. Ya no decora algo, sino que es decoración y nada más”. (Adorno, 2004, p. 461). En este sentido, Echeverría asevera, “Decir que lo barroco es *messincena assoluta* (teatralidad absoluta); como si esta hubiese emancipado de todo servicio a una finalidad teatral (imitación del mundo) y hubiese creado un mundo autónomo (escenificación y nada más)” (Echeverría, 2008, p. 156). La teatralidad propia del barroco al ponerse en escena cuestiona la puesta escena de la realidad misma, exponiendo su artificialidad y la capacidad humana que constituye el establecimiento de una forma de relacionamiento con la otredad. De

⁴ La relación entre arte, ethos y utopía se debe a “su carácter político no se debe a que aporte al proceso cognoscitivo pro-revolucionario, sino al hecho de que propone un comportamiento revolucionario ejemplar. El nuevo arte crea «una demanda que se adelanta al tiempo de su satisfacción posible»; ejercita a las masas en el uso democrático del «sistema de aparatos» - el nuevo medio de producción – y las prepara así para su función recobrada de sujetos de su propia vida social y de su historia.” (Echeverría, Juegos, arte y fiesta, 2002)

BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO Y UTOPIA

manera particular en Latinoamérica se da una “afinidad formal de estas sociedades y el principio del arte barroco descrito, afinidad que se repite una y otra vez por determinadas constantes históricas de la reproducción de su mundo vital” (Echeverría, 2008, p. 159).

El siglo XVII fue el siglo de la conquista, del aniquilamiento de las civilizaciones y comunidades existentes en el continente previo a la llegada europea y consecuente saqueo de recursos naturales, principalmente oro (y la transformación de las comunidades naturales en mano de obra esclava); y un intento subalterno de renovación del cristianismo europeo impulsado por los jesuitas en las nuevas tierras, mediante la vigencia del concilio de Trento. El fin de este proyecto culminaría cuando “Europa, volvía la espalda a sus propios adelantados en América y la precaria América europea [...] entraba en un proceso de regresión indetenible” (Echeverría, 2008, p. 160). Además, podemos identificar tres características sistemáticas que nos muestran las condiciones objetivas de ese periodo histórico (1595- 1635),

(1) La demografía, “la curva indicativa del aspecto cuantitativo global de la demografía alcanza su punto más bajo a la vuelta de siglo (...) la línea que desciende representaba a una población compuesta predominantemente de indígenas puros y africanos y peninsulares recién llegados (...) la línea que asciende esta allí por una composición demográfica diferente, en la que predomina abrumadoramente la población originada en el mestizaje: criolla, chola y mulata” (...) (2) “línea descendente retrata en cantidades el tráfico ultramarino de minerales y esclavos, mientras que la ascendente lo hace con el tráfico de manufacturas y productos agropecuarios y, (3) “una cosa decae al principio, el régimen de la encomienda, propio del feudalismo modernizado, que asegura con dispositivos mercantiles un sometimiento servil del explotado al explotador, y otra diferente lo que se fortalece al final, la realidad de la hacienda, propia de una modernidad afeudalada, que burla la igualdad mercantil de propietarios y trabajadores mediante recursos de violencia extraeconómica como los que sometieron a los siervos de la edad media en Europa” (Echeverría, La modernidad de lo Barroco, 1988, p. 50)

Esta realidad demuestra el fracaso del apartheid, como estrategia arcaica mediante la cual los conquistadores de forma alguna llegaban a relacionarse con los colonizados, que no sea para su sobre explotación en calidad mano de obra esclava. La imposibilidad de la existencia, el absoluto peligro para la reproducción de la vida de la comunidad, abre una relación de reciprocidad entre los mundos existentes, “en la parte baja y en la periferia de ellas [...] allí donde una buena parte del último décimo restante de la población indígena debía continuar su existencia” (Echeverría, 2008, p. 161), incluyendo la interacción con la población afrodescendiente que arribó al continente esclavizada, “la estrategia de comportamiento

autoafirmador de identidad que se esboza y se desarrolla espontáneamente entre la población indígena [...] imprimir y cultivar una manera propia (...) de revitalizar las formas civilizatorias europeas” (Echeverría, 2008, p. 161) ante la imposibilidad de reconstruir su mundo, ahora en ruinas, y la imposibilidad de expulsar al invasor extranjero “se despoja de su identidad central de los contenidos concretos elaborados históricamente a partir de su forma, se queda solo con esta y recobra su identidad perdida, metamorfoseada ahora en los contenidos de la identidad europea a la que insufla una nueva vida”. (Echeverría, 2008, p. 162). El siglo XVII se constituye mediante la transcendentalización del ethos barroco,

los indios citadinos de América imitan a su muy peculiar manera las formas técnicas y culturales europeas [...] son indios que representan el papel de no indios, de europeos, y que no están en capacidad de volver a ser indios a la manera a la que lo fueron antes de la conquista. Son actores para quienes el mundo representado se ha vuelto más real que el mundo real por que la realidad de éste se ha desvanecido: actores de una *missinscena assoluta* obligada. (Echeverría, 2008, p. 162)

Precisamente esta estrategia que se conoce como mestizaje cultural reconfigura las formas vencedoras mediante la incorporación de las derrotadas. La forma natural de vida, asociada con el disfrute del mundo en relación con el valor de uso de los bienes, tiene el mismo comportamiento ante él – valor que se autovaloriza – principio que considera el aspecto cuantitativo de la vida, asociado a la acumulación del capital.

Precisamente esta relación formal entre las sociedades latinoamericanas y el arte barroco descubre un comportamiento particular, una forma de sociabilización y politicidad concreta, el cultivo particular de una identidad, en su juego/disputa entre los distintos proyectos históricos, que persisten en comportamientos e instituciones en el presente, siendo el ethos barroco el comportamiento de carácter estructurador, que posibilita la armonización de los distintos proyectos hasta antagónicos, que subsisten aun en la voluntad manifiesta del ser humano contemporáneo en Latinoamérica. De tal suerte que esta forma particular de estructuración barroca del comportamiento en el mundo de la vida posee una reflexividad particular, una forma singular de producir y consumir ideas, característica propia de relacionar los fenómenos y los conceptos, mediante la reconstrucción teatral del mundo, en referencia a un código mestizo que impone subterráneamente una identidad. (En este sentido, de igual forma que Mariátegui concibe la posibilidad de un pensamiento filosófico propio de América Latina).

BOLÍVAR ECHEVERRÍA: ETHOS BARROCO, VALOR DE USO Y UTOPIA

La lectura hecha por este filósofo plantea que la primera generación de Frankfurt en el desarrollo de su teoría crítica por su eurocentrismo define la modernidad como una sola, mientras para Echeverría la modernidad es múltiple, pensar que es una sola posee fuerte carga imperialista. En la lectura hecha de *"El Capital"* el filósofo centrándose en el análisis de la contradicción valor de uso o forma natural y su doble parasitario y hegemónico la forma valor capitalista, logra visibilizar que no todo modo de intercambio simple se convierte en un modo de intercambio capitalista, si no que incluso los modos de intercambio no capitalistas son funcionalizados o subsumidos por la dinámica del intercambio de la económica capitalista. Por lo tanto, la forma particular en que se vive la contradicción se manifiesta mediante las posibilidades subjetivas y objetivas presentes en dichas circunstancias de adoptar un comportamiento o ethos que en apariencia resuelve o hace vivible la contradicción latente en la modernidad capitalista.

Siendo por tanto diversos los ethos que existen, que se corresponden con la historicidad propia de cada sociedad. En el caso de Latinoamérica, es el ethos barroco que aparece en el proceso de colonización y colonaje de los pueblos indígenas del continente, el fracaso del proceso de la España imperial y por otro el fracaso del proyecto jesuita de revitalizar el papel central de la Iglesia Católica después del golpe dado por la reforma y la consolidación del capitalismo. En este contexto se da el proceso de mestizaje, el mutuo cuestionamiento de los códigos del otro, que establece una nueva forma particular de ser, que en apariencia sólo sería la imitación de los códigos de vida occidentales, pero que realmente es un proyecto social distinto basado en la necesidad del establecimiento de un ethos o comportamiento que hizo posible la vida en las sociedades latinoamericanas en el siglo XVII, dicho mecanismo se activa ante la eminente presencia de la contradicción capitalista contemporánea, en la que recrea ficticiamente un mundo en el que el valor de uso se expresa hegemónico por sobre su doble, el valor de cambio. Encuentra la vida dentro de la muerte.

Nuestra emancipación debería vislumbrarse también en estos términos, estrategia de resistencia del valor de uso cuya lógica comportándose de esta forma particular enfrenta la lógica del valor, que se promueve como expresión automática de la valorización del valor o acumulación capitalista naturalizada. Estrategia de conquista de la conquista, si bien busca conservar la vida también puede tener un aspecto revolucionario, cuando cuestiona su propia teatralidad como efecto/respuesta automática para prolongar la existencia, pero no para su transformación. Plantea una crítica al marxismo tradicional, que piensa mayoritariamente la revolución bajo el ethos romántico. Desde el ethos barroco, si bien siendo una estrategia conservadora, se la puede pensar como una teatralidad que trabaja sobre nosotros, (recuperar nuestra politicidad – des enajenarnos) que le da forma a la vida no en el refugio de la fantasía

sino en la construcción del mundo, como una invasión rizomática, como el cultivo cualitativo de la vida práctica y cotidiana, ejercicio de resistencia que deviene proyecto, superando su teatralidad automática por una actuación consciente de su posibilidades, en busca de una modernidad alternativa a la existente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (2004). **Teoría Estética**. Madrid: Akal.
- CORTÁZAR, J. (2016). **Rayuela**. Bogotá: Géminis.
- Echeverría, B. (1986). **El discurso crítico de Marx**. México: El hombre y su tiempo.
- _____. (1988). **Discurso Crítico de Marx**. México: El hombre y su tiempo.
- _____. (2002). **Juegos, arte y fiesta. Juegos, arte y fiesta** (p. 10). Quito: FLACSO.
- _____. (2002). **La clave Barroca de la América Latina**. Exposición en el Latein-Amerika Institut de la Freie Universität Berlin, , (p. 11). Berlin.
- _____. (2006). **Modernidad y capitalismo**. Discurso crítico y filosofía de la cultura, 1-60.
- _____. (2008). **Vuelta de siglo**. Caracas: Era.
- _____. (2009). **Contracorriente: Filosofía, Arte y política**. México: México.
- _____. (2010). **Definición de Cultura**. México: Itaca.
- _____. (2011). **Ensayos Políticos**. Quito: SNGP.
- _____. (2017). **El Discurso crítico de Marx**. México: Fondo Economico de Cultura.
- FLACSO-ECUADOR (Diretor). (2010). **Bolívar Echeverría: Valor de uso y utopía** [Filme Cinematográfico].
- MARX, K. (1976). Glosas Marginales al "Tratado de economía política" de Adolph Wagner. En: M. DOBB, G. Pietranera, N. Poulantzas, V. Rieser, & R. Banli, **Estudios sobre El Capital** (pág. 185). Madrid: XXI.
- NATIONAL GEOGRAPHIC EN ESPAÑOL. (26 de Octubre de 2018). Cambio de piel. Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC EN ESPAÑOL: <https://www.ngenespanol.com/el-mundo/compra-cremas-mujeres-africanas-piel-clara-cambio-color/>
- TOLSTOI, L. (2006). **Iván Illich**. Nobooks.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

Larissa Bonfim*

FREVO SCHOOLING: AESTHETIC AND POLITICAL IMPLICATIONS

Resumo

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica preliminar de pesquisa sobre o passo do frevo, manifestação carnavalesca da cultura popular pernambucana, com a intenção de investigar as transformações havidas nessa dança, seus percursos de escolarização e espetacularização e as implicações estéticas e políticas desse processo, afinal de dança marginal e alvo de perseguição de elites, a dança do frevo tornou-se expressão cultural emblemática de Pernambuco. A pesquisa em andamento procura investigar a temática com base na compreensão do contexto histórico e social do surgimento e desenvolvimento desta manifestação, da criação de métodos de aprendizado de dança popular e do conceito de espetacularização.

Palavras-chave: Cultura popular, frevo, escolarização, espetacularização.

Abstract

This work is about a bibliographical review of Frevo step, a carnival manifestation of the popular culture of Pernambuco, with the objective of investigating the transformations undergone by this dance, its schooling and spectacularization paths, and the aesthetic and political implications of this process. From a marginal dance and target of persecution on the part of the elites, the dance of the frevo became an emblematic cultural expression of Pernambuco. This work in process is a research that seeks to investigate this theme from the understanding of the historical and social context of the emergence and development of this manifestation, the creation of learning methods of popular dance and the concept of spectacularization.

Keywords: Popular culture, frevo, schooling, spectacularization.

* Larissa Bonfim é bacharel e licenciada em Dança pela UNICAMP e graduanda em Ciências Sociais pela UFPE. larissa.bonfim@gmail.com

INTRODUÇÃO

A dança do frevo, ou passo, aclamada hoje como orgulho do povo pernambucano e brasileiro, reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade¹, era, no fim do século XIX e início do século XX, uma dança de corpos negros e marginalizados de capoeiras que abriam alas para as bandas militares carnavalescas no meio da multidão.

O trabalho se propõe investigar como esta manifestação, inicialmente perseguida pelas elites e alvo de repressão policial, tornou-se emblema do Estado de Pernambuco, símbolo de fusão de gêneros, encontro de raças e alegria. O foco de pesquisa é a dança do frevo e assim procura-se, por meio de revisão bibliográfica, contribuir com o debate sobre como esta dança, tão marginalizada, foi posteriormente tornada legítima e espetacularizada, sob a hipótese de que a criação de métodos de ensino de passos, ou seja, a escolarização da dança, teve relevante influência nestas transformações.

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA DANÇA DO FREVO: QUEM FREVAVA O PASSO?

O surgimento do frevo está diretamente relacionado com o fim do sistema escravista e com a Proclamação da República, pois foi, subsequente a esses adventos, que a cidade do Recife passou a ter nova massa de população urbana desconhecida até então. Eram milhares à procura de emprego, moradia e lazer. Segundo Vicente:

É nesse contexto de redefinição da sociedade, numa conjuntura em que o desejo de modernização precisava lidar com a massa de ex-escravos e o decréscimo da cultura canavieira – principal fonte econômica do Estado – que o frevo se configura como forma de música e dança popular (referente a classes menos favorecidas) e que encontra o seu ápice de realização nas festas carnavalescas. (VICENTE, 2009, p. 41)

Este crescimento urbano e de massas populares nas ruas era relacionado, nos jornais da época, como causa de um crescimento da violência, na qual o uso de facas era comum para resolver qualquer tipo de problema. O termo frevo, registrado pela primeira vez em 1907²,

¹ O frevo foi declarado Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO no ano de 2012, sob a designação "Frevo: Arte do Espetáculo do Carnaval do Recife". Fonte: <https://ich.unesco.org/en/RL/frevo-performing-arts-of-the-carnival-of-recife-00603>. Consultado em 15 de julho de 2019.

² A primeira menção à palavra frevo foi registrada pela imprensa no Jornal Pequeno, na edição de 09 de fevereiro de 1907. O pesquisador Evandro Rabello é a fonte desse dado publicado no seu livro "Memória da Folia – O carnaval

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

designava este fenômeno de aglomeração no Carnaval, a um só tempo violento e contagiante, de pessoas que “freviam” no meio das multidões do centro do Recife.

Neste “fervedouro”, quem “frevava” eram exatamente estes “marginais”, “vadios”, “capoeiras”, corpos negros hábeis na arte da capoeiragem que usavam grandes guarda-chuvas, não apenas para proteger do sol, mas também como verdadeiras armas. Tratavam-se de corpos que lutavam e dançavam ao som ritmado das bandas militares.

Foi deste encontro das bandas com as classes populares que o frevo foi sendo criado, em um contexto de tensão social e racial entre a classe média e a classe pobre e trabalhadora, que aos poucos se organizava nos clubes carnavalescos.

Os clubes carnavalescos, um dos principais ambientes de desenvolvimento do frevo, eram constituídos pela classe trabalhadora urbana com poucos recursos econômicos. Através dos clubes, os trabalhadores buscavam ocupar um espaço social diferenciando-se dos marginais da época. Numa sociedade recém-saída da escravidão, “pertencer a uma sociedade carnavalesca contribuía para a criação e o fortalecimento de uma identidade social e cultural para os membros da classe trabalhadora”. (Araújo apud Vicente, 1996, p. 347 e 248). Araújo explica ainda que os trabalhadores “sentiam uma necessidade imperiosa de distinguir-se socialmente. Para estes, era importante distanciar-se não mais dos negros escravos, mas dos párias, vadios, vagabundos, capangas, capoeiras e prostitutas. (VICENTE, 2009, p. 41)

A estratégia de dura repressão policial pelo Estado a este grupo social foi considerada ineficaz pelas elites recifenses e pelo governo de Vargas no Estado Novo (1930-1945) e outra política foi instituída, na direção de cooptação e transformação dessas festividades carnavalescas. Era necessário apaziguar, apagar as tensões de classe, e para isso o Carnaval Popular foi transformado em símbolo de democracia social e racial. Segundo Menezes Neto:

Para Santos (2010 apud Neto, 2014) e Araújo (2008 apud Neto, 2014), a transformação do frevo em “símbolo da identidade pernambucana” ocorre quando, na década de 1930, o Estado Novo se apropria do carnaval popular, antes perseguido, e o transforma em uma das suas imagens-síntese da integração e identidade nacional. Em suas

do Recife pelos olhos da imprensa 1822/1925”, que trata das manifestações carnavalescas a partir da lente dos jornais da época. Fonte: <https://musicariabrasil.blogspot.com/2018/02/sobre-o-frevo.html>

narrativas, o final do século XIX e os primeiros anos da década de 1900 foram marcados por severa repressão policial e jurídica ao carnaval de rua do Recife, com fins de controle dos seus conteúdos estéticos e simbólicos. Na década de 1930, o Estado Novo e as elites locais abrandam a repressão, repensam estratégia e articulam uma política da aproximação entre poder público e agremiações carnavalescas, com o objetivo de disciplinar o carnaval popular e organizar seus grupos. Deste modo, a transformação do frevo em símbolo de identidade se consolida na década de 1930, devido às forças do Estado Novo, na cooptação das agremiações carnavalescas. (MENEZES NETO, 2014, p.46)

É neste contexto que surge a denominação da dança do frevo como passo. A dança do frevo, ou a arte de “fazer o passo” ou “cair no passo”, era oriunda das camadas mais subalternas e subversivas da sociedade recifense. Neste momento, a música do frevo foi considerada arte popular e a dança, folclore. Essa diferenciação, posta por Valdemar de Oliveira (1971), inquieta na medida em que define com distinção duas expressões de uma mesma manifestação.

Arantes (1980) define cultura popular como a expressão de um grupo social marginalizado e subalterno, ou seja, a manifestação da classe trabalhadora em oposição à cultura dominante e oficial. Já o folclore tende a ser compreendido como algo que deve ser preservado, como aquilo que ainda não teve graves influências de outras culturas. Esta visão do folclore, amplamente disseminada e reconhecível no senso comum, é problematizada por Brandão (1984), em suas afirmações sobre o quanto as formas culturais nunca são estáticas. Utilizados de maneira polissêmica, estes dois termos, cultura popular e folclore, mudam seus significados a depender da perspectiva em que são abordados. A preferência a noção de cultura popular muitas vezes se dá em razão do seu caráter político (BRANDÃO, 1984).

Esta diferença de nomenclatura proposta por Valdemar de Oliveira, na década de 1940, entre passo e frevo, sendo o primeiro, folclore, e o segundo arte popular, sinaliza uma provável compreensão do pesquisador a respeito do que seria o povo. Para ele, a categoria povo estava dividida em dois segmentos socioeconômicos: a classe trabalhadora e a classe marginal. A música do frevo foi enquadrada como manifestação da classe trabalhadora, cultura popular portanto, e o passo, expressão da classe marginal, foi nomeado de outra maneira, folclore, indicando sua produção possivelmente como menos inventiva e mais anônima.

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

A música do frevo sempre teve seus autores reconhecidos e consagrados, enquanto o passo, marginalizado, sempre foi tido como uma manifestação da coletiva, sem direitos autorais. Neste contexto, é possível problematizar quem eram os sujeitos de cada uma dessas expressões, a música e a dança, e porque a criação na dança não era digna de autoria como na música. A indagação sobre o que diferenciava esses sujeitos e os conduzia a tratamentos tão distintos, aponta para como os passistas enfrentavam a ausência de legitimidade social diante da cultura oficial.

Entre os pouquíssimos nomes lembrados está Egídio Bezerra, e com maior destaque o mestre Nascimento do Passo³. Este segundo é, sem dúvida, o passista mais reconhecido, pois desenvolveu um método de ensino da dança do frevo escolarizando essa manifestação com a fundação, em 1970, da Escola de Frevo do Recife.

DECLÍNIO E RETOMADA DA DANÇA DO FREVO: QUEM FREVA HOJE?

Em diversas entrevistas, Nascimento do Passo denuncia que, na década de 60 e 70, o frevo estava em um declínio vertiginoso (GORETTI, 2003). A ditadura militar e a falta de incentivo à arte e à cultura, as transformações de hábitos culturais com a popularidade da televisão, os programas higienistas de habitação que levaram populações mais pobres para longe do centro da cidade foram alguns dos principais fatores que causaram este declínio (VICENTE, 2009).

Nascimento do Passo encontrou, como estratégia de sobrevivência da dança do frevo, o desenvolvimento de método de ensino do passo e a difusão dessas aulas em praças, parques, escolas. Segundo Maria Goretti Oliveira (2003), o mestre foi muito criticado nesta época, pois folcloristas entendiam o frevo como dança improvisada por excelência e pressupunham que o estudo da técnica da dança prejudicaria a espontaneidade e criação de movimentos, em lugar de facultá-los. De outro lado, essa pesquisadora narra que, quando a Escola Recreativa de Frevo Nascimento do Passo foi fundada em 1973, um jornalista anônimo considerou a iniciativa de

³ Francisco do Nascimento Filho, conhecido como Nascimento do Passo (Benjamin Constant, 28 de dezembro de 1936 — Recife, 2 de setembro de 2009), migrou do Amazonas para Pernambuco clandestino em um porão de navio. Chegando ao Recife, trabalhou como engraxate, carregador de frete, e dormia em bancos de praça, até alugar sua primeira casa, atrás do Clube Vassourinhas. A proximidade com o clube levou-o a se apaixonar pelo frevo e pelo passo, que fez dele não só um exímio passista como um criador de um método específico de ensino de toda a coreografia do dançarino do frevo.

Nascimento “um protesto isolado contra a extinção da dança do frevo”, o que deflagrava o processo de decadência na qual a manifestação encontrava-se⁴.

Com o método, mestre Nascimento batizou muitos passos que ainda não tinham nome, os categorizou, ordenou em famílias de passo e variantes, elaborou sequências, e organizou um modelo de ensino-aprendizado da técnica.

Goretti (2003) apresenta a preocupação de diferentes estudiosos do frevo da década de 70 com a sobrevivência do frevo e do passo, já que estes poderiam se transformar radicalmente com a interferência de métodos como o proposto por Nascimento. Brandão (1984) assinala a armadilha que é a compreensão do folclore como algo estático, já que toda cultura é viva e está em constante transformação, que pode ser uma degeneração, ou não, dependendo da perspectiva de análise.

Com a difusão do método de Nascimento do Passo, os guarda-chuvas pretos e enormes, verdadeiras armas que fingiam se proteger do sol, foram dando lugar para sombrinhas cada vez menores e coloridas. O passo, mais espontâneo e improvisado, feito por todo o povo na rua, foi sendo paulatinamente substituído pela execução técnica de bailarinos que, com seus figurinos, dançam para um público que os observa e aplaude.

Para pensar essa intensa transformação ocorrida principalmente com a interferência do método de Nascimento do Passo, será mobilizado Carvalho (2010) e seu conceito de espetacularização. Este autor apresenta a espetacularização como o fenômeno no qual um grupo organiza uma manifestação para que possa ser consumida por um outro grupo social. Carvalho observa que, “o termo espetáculo, com sua raiz specs, de olhar, vem do latim que significa, basicamente, ‘tudo o que chama atenção, atrai e prende o olhar’” (2010, p. 47). O frevo, originalmente, quando feito nas ruas e sem o contato direto ou indireto com sistematizações didáticas, era, primordialmente, a festa de membros de um determinado grupo social. O debate aqui em questão refere-se ao quanto esse fazer artístico com o objetivo do “specs” transformou a manifestação.

O passo do frevo, do início do século XX até os dias de hoje, mudou radicalmente. Afinal a dança do êxtase carnavalesco, criada e aprendida nas ruas, não tem como ser a mesma de uma técnica de dança virtuosa a ser ensinada em uma sala.

⁴ Fonte: OLIVEIRA, Maria Goretti. Francisco Nascimento Filho: o Guerreiro do Passso, 2003. Disponível em <http://www.guerreirosdopasso.com.br/2013/10/francisco-do-nascimento-filho- o.htm>. Consulta em 23 de setembro de 2018.

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

O marxista francês Guy Debord (1997), em “A sociedade do Espetáculo”, contribui substancialmente para esta reflexão, pois que, para ele, o espetáculo é uma condição *sine qua non* para a existência e a reprodução das sociedades regidas pelo mercado. Mais do que isso, no modo de produção capitalista a sociedade se torna o próprio espetáculo e o espetáculo, uma “fábrica concreta de alienação”.

O autor, na discussão sobre a alienação do público e o fetichismo da mercadoria por meio de espetacularização, salienta na Tese 36:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas suprassensíveis embora sensíveis” se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência. (DEBORD, 1997, p 28).

Para ele, a sociedade faz com que, pela imagem, tudo se torne mercadoria. A espetacularização é a materialização da mercadoria em toda a vida social e os indivíduos não conseguem ver nada além dela, já que “o mundo que se vê é o seu mundo” (DEBORD, 1997, p. 30).

Com a dominação da mercadoria entre os agentes sociais, o consumo não se dá somente pelo valor de uso, mas pela aparência do produto e pelas ilusões que gera e o espetáculo é tratado como um agente de manipulação social e de conformismo político. O espetáculo é, portanto, alienante, deixando o público refém da contemplação e ativo na criação de necessidades de consumo com interesse de lucro.

Este processo de espetacularização, tanto para Debord (1997) quanto para Carvalho (2010), tem estreita relação com o mercantilismo das tradições populares, fenômeno característico do capitalismo atual.

Este poder espetacular corresponde ao momento do triunfo do neoliberalismo em escala mundial, e é nesta situação política-histórica que o frevo é retomado na cidade do Recife pelo mestre Nascimento do Passo. Dessa forma, problematiza-se o quanto a criação de um método de ensino da dança está relacionada com uma estratégia de sobrevivência encontrada para a manifestação diante desse contexto que valorizava os fazeres espetaculares.

O ensaio de Jorge José de Carvalho (2010), “Espetacularização e Canibalização das Culturas Populares na América Latina”, oferece um quadro para a compreensão do fenômeno de espetacularização, mas também para o que ele nomeou de “canibalização”.

Segundo o autor, tanto o termo espetacularização quanto canibalização, procuram exprimir a percepção “de que as culturas populares estão sendo expostas a um movimento crescente e contínuo de invasão, expropriação e predação, conectado basicamente com a voracidade das indústrias do entretenimento e do turismo” (CARVALHO, 2010, p. 41). Ainda segundo este pesquisador:

Tal movimento de consumo atende simultaneamente às classes médias nacionais e aos turistas estrangeiros, principalmente do Primeiro Mundo. Um dos fetiches mais vendidos para esses consumidores é o corpo dos artistas populares, exibido como uma imagem estetizada para o prazer do espectador. O corpo da cultura popular que canta, dança, recita, sorri, veste-se com singeleza, elegância, bom gosto e naturalidade, entra em êxtase, explode de alegria e vitalidade, passa a ser um bem escasso em um mundo desencantado. (CARVALHO, 2010, p. 59)

Para Carvalho, o fenômeno da canibalização é o consumo voraz do espetáculo por parte da elite, de turistas estrangeiros de países centrais, classe média e artistas urbanos. Estes não mais querem ir aos palcos para usufruir demonstrações exóticas, pois desejam canibalizar *in loco*.

A atitude antropofágica tem sido uma prática ininterrupta de canibalização cultural durante mais de 80 anos, sem haver sido jamais questionada a assimetria de poder (econômico, político, tecnológico, de difusão) entre os canibais urbanos de classe média (em sua maioria brancos) e os canibalizados artistas populares de origem camponesa (ou caiçara, sertaneja, ribeirinha e equivalentes), pobres, marginalizados das redes de cidadania e de decisão nas esferas políticas (em sua maioria negros, pretos ou pardos). (CARVALHO, 2010, p. 65).

Estas reflexões de Carvalho, aliadas as contribuições teóricas de Debord, apontam caminhos de problematização para as transformações sofridas pelo passo do frevo ao longo do tempo. A partir do momento da escolarização da dança, na década de 70, as mudanças foram bruscas, o que torna essa prática um marcador para se pensar o quanto o frevo foi

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

espetacularizado e/ou canibalizado com criação de metodologias de ensino. Essas transformações configuraram implicações estéticas e políticas para essa manifestação como consequência de um contexto sócio-político, econômico e cultural neoliberal que merecem ser pesquisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica preliminar sobre o assunto e, longe de oferecer respostas conclusivas, arrisca horizontes de problematização a respeito da transformação da dança do frevo a partir da década de 70, momento histórico de sua escolarização.

Dentre os aspectos modificados nesta nova forma de dançar, consequência de um processo de ensino e aprendizagem que antes não ocorria, estão as transformações estéticas (figurinos, sombrinha, passos sequenciados, coreografias, espetáculos) merecedoras de análises mais profundas e criteriosas futuramente, e também as complexas implicações políticas, principalmente no sentido de quem são os passistas hoje e qual o propósito que move suas danças.

Sem a romantização da cultura, mas em uma perspectiva de classe, como Arantes (1980) define a cultura popular, observa-se que entre as transformações sociais que a dança do frevo passou no que diz respeito a quem “freva” o passo, desde os fins do século XIX, por todo o século XX até os dias de hoje, foi a mudança de uma dança de corpos negros extremamente marginalizada e perseguida, para o frevo como expressão cultural icônica de Pernambuco, amplamente dançado por corpos brancos e de classe média.

O método de Nascimento do Passo, trabalhador subalterno que chegou a se apresentar na Europa com a sua dança, foi impulso para que o frevo fosse espetacularizado, à medida que a expressão foi se adequando como um produto cultural a ser consumido. Foi também gatilho para o processo de canibalização por outros grupos sociais, pois quando um modo didático de aprendizado é apresentado e muito divulgado, aqueles com mais acesso aos bens culturais passam a ser os que o põem em prática.

Com isso não está assinalada a responsabilidade propriamente ao método, nem tampouco ao seu criador, mas um horizonte de compreensão sobre como estas iniciativas estão

relacionadas a um contexto social muito maior, que trouxe consequências estéticas e políticas para o frevo.

Talvez as cores vermelha, azul, amarela e verde das sombrinhas, ao mesmo tempo em que fizeram com que o frevo não se tornasse uma manifestação em extinção, contribuíram no esquecimento do preto dos corpos de quem criou o passo.

Corpos pretos com seus guarda-chuvas pretos que dançavam nas ladeiras de Olinda e nas ruas do Centro do Recife nos carnavais do começo do século XX são hoje, de modo geral, corpos mais embranquecidos que, com o colorido das sobrinhas e com o passo aprendido com professores e segundo determinadas técnicas de dança, continuam a fazer do frevo símbolo da “democracia” social e racial no Brasil.

Este trabalho não está em defesa de uma preservação original impossível e também não está a serviço de um julgamento estético contra o espetáculo propriamente. O que se quer trazer é uma reflexão política sobre estes processos e o questionamento de como esta escolarização da dança, que já está dada e disseminada, pode ser apresentada como problema para as temáticas de classe e raça e, mais do que isso, como seus fazedores podem assumir atitudes políticas mais críticas e construtivas no dançar além do virtuosismo de passos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1980.
- BRANDÃO, Carlos. **O que é Folclore**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984
- CARVALHO, José Jorge de. “Espetacularização” e “Canibalização” das culturas populares na América Latina. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 14, vol.21 (1): 39-76, 2010.
- DEBORD, Guy; tradução Estela dos Santos Abreu. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- MENEZES NETO. **Tem Samba na Terra do Frevo – As escolas de samba no carnaval do recife**. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2014.

ESCOLARIZAÇÃO DO FREVO: IMPLICAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS

OLIVEIRA, Maria Goretti. **Francisco Nascimento Filho: o Guerreiro do Passo**, 2003. Disponível em <http://www.guerreirosdopasso.com.br/2013/10/francisco-do-nascimento-filho-o.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Frevo**, Capoeira e Passo. Recife: Ed. CEPE, 1971.

VICENTE, Ana Valéria. **Entre a ponta do pé e o calcanhar**: reflexões sobre como o frevo encena o povo, a nação e a dança no Recife. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2009.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Aline Maria da Silva Almeida* Aline Oliveira Gomes da Silva**
Laís Regina Kruczeveski***

EXPERIENCE REPORT ABOUT THE ROLE OF SOCIOLOGY INTERNSHIP IN THE TEACHER TRAINING AND THE EDUCATION CRISES

Resumo

Este estudo centra seu foco em um relato acerca de experiências vivenciadas no campo escolar e nas atividades relativas à educação, dentro do calendário de atividades propostas para a formação docente no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, no decorrer dos anos de 2016 e 2017. Pretende-se realizar reflexões sobre impressões acerca do trabalho docente, do ambiente escolar, do papel da Sociologia na formação escolar e, principalmente, do momento crítico pelo qual passa a educação, com destaque para acontecimentos nacionais e estaduais que afetaram a educação e a escola pública no período de realização dos estágios. Em síntese, foi possível constatar que a prática docente no cotidiano escolar vai muito além das retratadas nas teorias. A escola e a prática docente devem, portanto, atentar-se às multiplicidades sociais e questões diretamente ligadas ao contexto escolar, sobretudo em períodos em que a formação em licenciatura é tão desvalorizada no país. Deve-se reforçar o papel do professor como pesquisador e também valorizar o papel da resistência e ação dos jovens, que podem se constituir em caminhos promissores para a superação dos desafios que a educação enfrenta atualmente.

Palavras - Chave: Sociologia. Ensino de sociologia. Escola pública.

Abstract

This study focuses on a report about experiences in the school field and on activities related to education, within the calendar of activities proposed for teacher training in the Social Sciences course at State University of Londrina, during 2016 and 2017. It is intended to make reflections on impressions about the teaching work, the school environment, the role of Sociology in the school formation and, especially, the critical moment through which education goes through, highlighting national and state events that affected education and the public school during the period of the internships. In summary, it was found that the teaching practice in daily school goes far beyond those portrayed in theories. School and teaching practice must therefore pay attention to social multiplicities and issues directly linked to the school context, especially in periods when undergraduate education is so undervalued in the country. The role of the teacher as a researcher should be reinforced, as well as the role of youth resistance and action, which can be promising ways to overcome the challenges facing education today.

Keywords: Sociologia. Ensino de sociologia. Escola pública.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

** Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestra em Educação pela mesma instituição

*** Mestra e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

O principal objetivo da disciplina de Estágio no Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina é promover um aprofundamento dos conhecimentos acerca da licenciatura de Ciências Sociais no seu *habitat* natural, ou seja, em sala de aula. Esse primeiro contato realiza-se no 6º período do curso e é relevante para a formação de um docente, pois nem todos os estudantes têm a chance e a disponibilidade de participar de projetos de iniciação à docência no contraturno, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências Sociais, por exemplo. Destaque-se que o estágio é importante porque propicia importantes experiências práticas que permitem que os estudantes vivenciem à docência para além da teoria.

Para a melhor sistematização dessas experiências, este relato foi dividido entre as seguintes partes: análise contextual, análise da escola, análise das aulas de Sociologia e lições do estágio para formação docente. Espera-se que o leitor compreenda cada uma dessas partes como importantes para o entendimento sobre o papel do ensino da Sociologia na formação escolar, seja no ensino médio regular, seja na educação para jovens e adultos.

A análise contextual tem por meta não apenas localizar a Sociologia no âmbito da educação básica, mas também elencar alguns desafios para os professores recém-formados na área das ciências humanas, além de analisar situações no cotidiano escolar que devam ser enfrentadas, caso aconteçam, principalmente em se tratando de tentativas de cerceamento da prática docente. A análise da escola trará dados da instituição em que foi realizado o estágio e também uma tentativa de problematização sociológica sobre o ambiente escolar e as relações estabelecidas no seu interior. A análise das aulas de Sociologia se aterá aos seus conteúdos, andamento e validade na formação escolar. As lições do estágio para a formação docente compreendem contribuições do estágio para a prática docente e também trazem uma análise dos acontecimentos relevantes e singulares no decorrer da prática de estágio, com destaque para a experiência das ocupações e greves estudantis ocorridas no ano de 2016.

ANÁLISE CONTEXTUAL

Essa análise contextual tratará de algumas questões pontuais para o entendimento de entraves que os profissionais na área de educação no Paraná e em todo Brasil têm sido obrigados a enfrentar. No que toca ao estado do Paraná, desde 2011, a partir do início do

governo Beto Richa (PSDB-PR) ocorreram retrocessos na área da educação, com a redução dos direitos dos professores e dos estudantes, como, por exemplo, a redução da hora atividade dos professores (ABDALLA, 2017), tentativas de fechamento de cursos que oferecem educação de jovens e adultos (MELLO, 2015), falta de reposição salarial aos professores (APP SINDICATO, 2018), entre outros. Além disso, em âmbito nacional, mais uma vez a disciplina de Sociologia (instituída como matéria curricular obrigatória apenas a partir de 2008, por meio da Lei 11.684) (BRASIL, 2008) tem sofrido ataques por forças conservadoras, como é o caso do Programa Escola sem Partido (ESP).

O ESP apresenta-se como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica e partidária” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019), entretanto, existem dois projetos de lei tramitando nas duas casas: Câmara dos Deputados PL867/2015 e Senado PL93/2016 que, dispõem sobre inclusão do “Escola sem Partido” entre as LDBEN (BRASIL, 1996), propostos pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e pelo ultraconservador senador (e também pastor evangélico) Magno Malta (PR-ES).

O deputado Izalci Lucas, por exemplo, é o mesmo deputado que apresentou, em 2013, o PL6.003, que teve como tentativa a desobrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Após sofrer pressão externa em 2014, o texto foi modificado, e o PL foi arquivado. Entretanto, a partir de 2015, o foco centrou-se no projeto de lei do Escola sem Partido, que não desobriga o ensino de Sociologia, mas cerceia a prática dos professores de Sociologia por meio de exigências, como a obrigatoriedade de as instituições de educação básica afixarem nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com os deveres dos professores, entre eles o de não debaterem temáticas que se relacionem com concepções de ideologia, religião, moral e, até mesmo, análise de políticas partidárias. A justificativa para tais sanções baseia-se em um “princípio de neutralidade”. O ESP possui vários desdobramentos municipais, oriundos de uma perspectiva política que avançou a partir de 2010, como destaca Miguel (2016):

Uma das características notáveis da política brasileira dos anos 2010 é o avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras. É razoável estabelecer que, a partir do fim da ditadura militar, o combate à desigualdade extrema e a defesa dos direitos humanos formavam a base de um consenso – mesmo que apenas verbal – entre todas as forças políticas relevantes. Havia quem se insurgisse contra este consenso, mas eram excêntricos sem maior peso no debate público. Agora, ao contrário, é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. Versões (em geral moderadas) destas posições ocupam lugares centrais na coalizão que desferiu o golpe parlamentar de maio de 2016, de

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

uma maneira como nunca ocorrera antes: mesmo nas gestões de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, em que as forças mais conservadoras estiveram à frente do governo, as políticas de retração do Estado eram denunciadas pelos opositores como promotoras de desigualdade, mas justificadas por seus idealizadores por pretensos efeitos contra intuitivos a médio e longo prazos. O aprofundamento da igualdade política e a defesa dos direitos humanos também eram apresentados como objetivos de governo (MIGUEL, 2016, p. 592).

No município de Londrina, pelas mãos do vereador Filipe Barros (PRB-PR), o Projeto nº 26/2017 propõe instituir no sistema de ensino do município o Programa “Escola Sem Partido”, representando clara afronta à liberdade de expressão dos professores em Londrina. Conforme destaca Penna (2018), uma das estratégias do ESP é associar a imagem de professores aos baixos índices escolares que o país obtém, bem como também buscam associar os professores que realizam debates sobre inclusão, principalmente os debates que envolvem discussões sobre gênero, relacionando-os com situações de abusadores e estupradores, a fim de, assim, convencer a população de que tais debates não devem ser realizados na escola. Em relação ao conhecimento que a escola deve ou não trabalhar, é importante ressaltar que:

Se o conhecimento científico tem como fim entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Diante disso, nota-se como a própria construção de conhecimento dentro da sociedade está marcada por interesses sociais. Sendo assim, quando o programa ESP afirma querer que a escola discuta apenas conhecimentos “neutros”, percebe-se que se colocam em uma posição política bem delimitada, qual seja, posicionada a favor da *status quo*.

Destaque-se que desde a Reforma Educacional de Benjamin Constant, realizada no ano de 1890, período em que ocorreu a primeira tentativa (frustrada) de tornar a Sociologia disciplina obrigatória, até a atual Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), os profissionais da área têm encontrado, além dos desafios cotidianos, problemas com o campo institucional na disputa dos espaços de hegemonia e construção do conhecimento.

Moraes (2014) destaca três principais perspectivas ligadas ao debate do ensino de Sociologia na educação básica que fazem parte da discussão sobre os desafios da disciplina nas escolas brasileiras. A primeira perspectiva trata-se do cuidado que se deve tomar em relação ao ensino de Sociologia como ciência e não como discurso ideológico; a segunda perspectiva

centra-se na questão de que a Sociologia na escola deve atentar-se como elemento conscientizador e transformador social; por fim, a terceira perspectiva teórica destaca-se pelo seu caráter de alfabetização científica, que direciona os estudantes ao aprendizado de métodos e teorias a fim de proporcionar-lhes compreensão crítica da realidade social.

Além disso, apesar das inúmeras tentativas da implantação da obrigatoriedade da Sociologia nos currículos escolares, Bodart e Silva (2016) apontam que, apesar dos desafios sempre presentes nesse percurso, e da recente obrigatoriedade da disciplina na grade curricular, a prática docente do ensino de Sociologia não esteve completamente ausente das salas antes disso. De acordo com os autores “embora a prática docente de Sociologia tivesse sido ampliada nos últimos anos, já existiam experiências didáticas anteriores, bem como manuais e professores licenciados; é certo que de forma precária” (BODART, SILVA, 2016, p. 199).

Apesar dessas experiências anteriores, mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que continha em sua formulação um apelo à modernidade impulsionada por diversos intelectuais, não foi capaz de proporcionar a obrigatoriedade. Após esse período, com a ditadura militar instaurada no Brasil, essas questões ficaram paralisadas, sendo possível somente apontar alguns impulsos após a reabertura democrática, das eleições diretas e do processo de construção da Constituição de 1988.

O processo de construção das novas diretrizes da educação de 1996 está intrinsecamente ligado à construção da Constituição de 1988. Com a abertura política, ocorreu uma intensa movimentação da sociedade civil, com destaque para a pressão que os movimentos sociais exerceram sobre a construção do texto da Constituição, principalmente no que toca às reivindicações no campo da educação. Entretanto, o texto final da LDB, de 1996, deixou um pouco a desejar pela abstração e, a partir disso, não há clareza quanto a institucionalização do ensino de Sociologia (BRASIL, 2006, p. 103).

A criação dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM) do ano de 1999 (BRASIL, 1999) foi influenciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do ano anterior, e nele a disciplina de Sociologia aparecia como conteúdo transversal a ser desenvolvido em caráter multidisciplinar. Já em 2001, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, vetou o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2000 (BRASIL, 2000) do deputado padre Roque (PT-PR) que previa, baseado na LDB de 1996, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio (FHC..., 2001). A justificativa do veto foi creditada à falta de profissionais formados na área e o ajuste de custos, uma vez que a contratação em nível nacional aumentaria

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

os gastos com a educação. Somente em 2008, já no governo Lula, por meio da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, a disciplina de Sociologia - juntamente com Filosofia - foi institucionalizada como obrigatória.

Atualmente, existe o PL1446/2011 (BRASIL, 2011) em tramitação, apresentado pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), a ser analisado pelo Senado, cuja última tramitação ocorreu em 01/12/2015, na qual o projeto foi enviado ao Senado Federal por meio do Of. nº 680/15. Esse projeto estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais (BRASIL, 2011). O referido projeto altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a profissão de sociólogo e seria de extrema importância na luta pela expansão do campo de atuação dos licenciados em Ciências Sociais, garantindo, assim, a empregabilidade na profissão em escolas do Brasil.

Na contemporaneidade, ainda há a questão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que influenciará diretamente a forma como será colocada em prática a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, antiga MP746, que estabeleceu a reforma do Ensino Médio. Entretanto, pode-se de antemão fazer alguns apontamentos. A reforma do novo Ensino Médio por meio de lei afirma que a BNCC do ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia, mas especialistas apontam que a Lei, ao tratar como “estudos e práticas”, mais uma vez não obriga que sociologia e filosofia sejam ministrados como disciplinas.

Ademais Ferreira e Santana (2018) apontam a intensificação nos últimos anos, de forma mais explícita a partir do impeachment de Dilma Rousseff (PT), da perspectiva política e ideológica conservadora. Segundo os autores, a partir da chegada de Michel Temer (MDB) à presidência, a agenda neoliberal ganhou forças ocasionando a reforma do ensino médio e novamente atingindo o ensino de sociologia das escolas brasileiras.

Outro ponto que se destacou na instituição da BNCC foi a participação de inúmeros grupos privados no Movimento Pela Base¹; em contrapartida, houve falta de consulta às associações de profissionais diretamente envolvidos com educação no Brasil, o que leva à necessidade de se refletir sobre os efeitos das interferências de agentes políticos privados, ávidos por incorporar vigorosamente à educação pública uma lógica empresarial. Possivelmente,

¹ O Movimento pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua na construção da BNCC) tais como Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos controladores da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital (dono do Burger King, Americanas, Submarino, Shoptime e da Heinz).

a Sociologia, dessa forma, pode ser abordada no ensino médio com uma perspectiva que objetive inclinar o alunado para a garantia de boas relações no futuro trabalho, já que a medida prevê “campos de simulação de trabalho” no contraturno; deste modo, pode-se empregar à Sociologia uma perspectiva mais funcionalista, ou seja, abordada no sentido de criar organização e colaboração nos ambientes de simulação de trabalho, em detrimento de uma Sociologia mais crítica das relações e organizações sociais em geral.

Como Martha Nussbaum (2009) já destacou no texto *Educação para o lucro, educação para a liberdade*, não somente o Brasil, mas o mundo inteiro enfrenta atualmente uma crise da educação que valoriza somente ensinamentos técnicos e voltados ao lucro e ao mercado de trabalho. Os riscos dessa exacerbada valorização para determinados conhecimentos pode gerar a desvalorização de conteúdos didáticos que lutam pelo rompimento de discriminações étnico raciais, de classe, regionais, religiosas e de gênero, que geralmente são associadas às artes e ciências da humanidade.

Esse cenário reflete nos inúmeros desafios enfrentados por profissionais das áreas das artes e humanidades, em especial, aqui, docentes de Sociologia desde períodos anteriores ao atual. A experiência do Colégio Estadual Albino Feijó, tratada adiante, é um exemplo dessa desvalorização do ensino das humanidades em diversos aspectos, seja pela formação voltada ao ensino técnico, seja pelo momento histórico retratado no período do estágio na escola.

ANÁLISE DA ESCOLA

O Colégio Estadual Albino Feijó Sanches está localizado na Rua Jacarezinho, número 80 na Zona Sul de Londrina, leva esse nome por homenagem a um pioneiro londrinense, que desembarcou na cidade no ano de 1934 (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016). O colégio não possui ensino médio regular, mas sim ensino técnico. Possui espaço amplo, possibilitando o desenvolvimento de projetos paralelos como, por exemplo, o projeto da horta voluntária administrado pela supervisora do grupo do PIBID. Esse projeto paralelo atualmente é uma iniciativa heterogênea entre vários docentes. Inicialmente era um projeto vinculado ao curso Técnico em Meio Ambiente, com o passar dos anos, demais alunos se interessaram em ajudar e a horta se configura hoje como um projeto interdisciplinar abrangendo “as questões ambientais, a segurança alimentar e a segurança energética” (PPP, 2016, p.10).

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Além disso, a comunidade desfruta de um dia na semana, às quintas-feiras na parte da manhã, para buscar os alimentos produzidos gratuitamente. No ano de 2005 foi implantado o curso técnico em meio ambiente subsequente — antigo pós-médio, e logo no início foram matriculados aproximadamente 80 alunos, formando assim duas turmas. Além da modalidade subsequente, a partir de 2006 o colégio proporcionou o curso técnico em meio ambiente integrado, que consiste em turmas de ensino médio com o ensino profissional.

No ano de 2010 também foi implantado o curso técnico em Química subsequente — antigo pós-médio. Logo no início foram matriculados aproximadamente noventa alunos, também com duas turmas. Nesse mesmo ano, também foi incluído o curso técnico em Química integrado ao ensino médio. O colégio Albino Feijó é formado por turmas não regulares do ensino médio. As observações e participações descritas neste relato são oriundas de estágios, participações em eventos e oficinas realizadas nos terceiros e no quarto ano do curso Técnico de Química. Importante ressaltar que esses alunos possuem aula de História apenas no primeiro ano do ensino técnico, tornando a formação na área de humanas muito precária. Nesse sentido, as aulas de Sociologia necessitam abranger também o contexto histórico e retomar constantemente alguns conceitos básicos para o andamento da aula.

As turmas do curso técnico são relativamente pequenas no terceiro ano de Química, e ainda menores no quarto ano de Química, chegando a quinze alunos. Isso porque muitos estudantes desistem do técnico integrado e terminam o ensino médio de forma regular. Quanto às condições materiais, no geral a escola possui muita qualidade. A sala dos professores é bem ampla/arejada. Tanto os banheiros dos professores quanto os dos alunos são arejados, embora nos banheiros dos alunos sempre falte papel higiênico. Há 4 bebedouros com acessibilidade para cadeirantes e com água gelada espalhados pela escola, mais os bebedouros tradicionais ao lado de fora dos banheiros. Em relação às TVs, *pen drive* instaladas no Estado do Paraná, muitas apresentam déficit de funcionamento, quase sempre por falta de manutenção. Em relação a isso, a direção disponibilizou um *data show* portátil para ser utilizado nas salas de aula, com equipamento de som caso a TV não esteja funcionando, mediante reserva. Caso o aparelho de *data show* portátil esteja reservado, pode-se usar a sala de multimídia que a escola abriga, também mediante reserva.

A biblioteca é ampla e muito abrangente, de acordo com o projeto político pedagógico (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016), possui dez mil livros, sobretudo na área de humanas. Possui grande parte das obras clássicas de ciências sociais, além de obras de

autores/as contemporâneos. Tem acesso facilitado à *internet* por meio de 4 computadores que podem ser usados por alunos e membros da comunidade externa, e 1 computador para consulta do acervo. A sala de multimídia possui equipamentos de som e filmagem, como filmadoras, retroprojetores, rádios, entre outros. Os laboratórios específicos do subsequente de química e enfermagem, também segundo o PPP, possuem os materiais necessários para o desenvolvimento destes cursos (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016). Destaca-se na área da Sociologia, que a biblioteca possui sessões organizadas entre sociologia clássica, sociologia contemporânea, sociologia brasileira, manuais didáticos e apostilas preparatórias com conteúdo sociológicos atualizados para o ENEM e o vestibular da UEL.

O plano político-pedagógico do colégio possui diretrizes importantes, mas não são assim nomeadas no PPP, antes se referindo como regras que funcionam com padrões de qualidade. São denominadas “metas levantadas pelo nosso Colégio que tem como base, nos Códigos de Modernidade” (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016, p. 29). São elas:

Quadro 1 – Metas de padrão de qualidade Colégio Estadual Albino Feijó

Domínio da leitura e da escrita
Capacidade de fazer cálculos e de resolver problema
Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações
Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social
Receber criticamente os meios de comunicação
Capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo

Fonte: Colégio Estadual Albino Feijó Sanches (2016, p. 29).

Esse conjunto de metas tem o objetivo de direcionar cada professor/a à promoção de melhorias no colégio, referentes ao processo educacional e à construção de uma sociedade democrática e produtiva por meio do exercício da cidadania, não só dentro da escola, mas também após sair dela. A LDB 9394/96, no seu artigo 12, inciso I, afirma que cada estabelecimento de ensino terá que elaborar e executar sua proposta pedagógica, constituindo-se em um documento que expressa a intencionalidade educativa do coletivo, norteando as ações pedagógicas de toda a comunidade interna e externa da escola (BRASIL, 1996). E é exatamente nesse sentido que o PPP do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches atua.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Muito embora haja esse esforço da direção, há o reconhecimento de que “há campo para melhora, pois as demandas dificultam as atualizações de informações, que deverão ocorrer em alguns casos, dentro do mesmo dia.” (PPP, 2016, p.41). O documento não chega a mencionar os contratos temporários, os professores do PSS, enquanto um problema para o estabelecimento da completa comunicação, muito embora esse seja um debate colocado como um impedimento de plena experiência docente. Bodart e Silva (2016) apontam vários problemas que se configuram em precarização do trabalho docente em Sociologia. Os problemas mais significativos são a carga horária semanal em escolas diferentes, impossibilitando o professor de Sociologia conhecer de fato a cultura organizacional da escola, além da perda de tempo com deslocamento e o tempo de preparação para variados tipos de planos de aulas que se adequem a cada perfil de aluno que o professor encontra nas diferenciadas escolas. Além disso, ocorre na – não – convivência do docente de Sociologia com outros docentes, o problema do reconhecimento da sua identidade. Sobre isso, os autores apontam:

A escassez de recursos didáticos somado a falta de tempo de planejar as aulas devido a carga-horária extensa e os gastos decorrentes de deslocamentos para mais de uma escola, corroboram para uma prática docente precária. Além disso, a transição do professor de uma escola para outra, seja lecionando em duas ou mais escolas no mesmo, ou para nova escola a cada ano, pode impossibilitar que a identidade do professor seja reconhecida pelos demais. (BODART, SILVA, 2016 p.223 apud LENERT, 2011)

No Paraná, o sistema PSS no qual está inserido a maioria dos professores de Sociologia, não garante a empregabilidade do professor na mesma escola que atua ano após ano, dificultando mais uma vez a sequência pedagógica do seu trabalho com seus alunos. Como destacam SILVA e VICENTE (2014, p.78):

[...] o ensino de Sociologia ainda enfrenta alguns desafios, que ora são compartilhados com todas as disciplinas (reflexos de uma conjuntura educacional nacional), e ora são específicos de sua própria constituição e de seu passado instável. As pesquisas relativas ao campo escolar, específicos do ensino de Sociologia, tendem a revelar as dificuldades próprias do ensino de sociologia visando sua superação e desenvolvimento nacional.

Em síntese, dentre as várias grandes propostas abrangentes do PPP foi possível identificar, através de observações e participação, como ocorre a prática do projeto no ambiente

escolar. Destacou-se o papel do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches enquanto escola democrática, de formação completa, do incentivo a articulação entre diretores, equipe pedagógica, professores e responsáveis pelos alunos.

ANÁLISE DAS AULAS

O período de análise compreende o período que se estendeu desde o final do mês de agosto/2016 até dezembro/2016. Ao todo foram cerca de 30 horas de observação que proporcionaram o que virá a ser relatado neste tópico. O primeiro ponto a ser levantado é que existe um elemento crucial para o ensino de Sociologia que é o constante estudo e resgate de matérias e assuntos atuais relevantes à Sociologia. Isso porque, nessa área, trabalha-se com o ser humano em movimento e, em tal perspectiva, também se trabalha muito as mudanças que a juventude tem passado nas últimas décadas. Diante disso, é fundamental que o docente acompanhe essas atualidades para que seja capaz de lecionar, estabelecendo pontes com a realidade dos estudantes.

O planejamento e o cálculo do tempo das atividades a serem desenvolvidas em cada aula também são essenciais, principalmente para que se possam encerrar as aulas sem deixar dúvidas em relação aos conceitos abordados, evitando-se possíveis distorções ou interpretações ambíguas ou equivocadas do conteúdo elencado. No início das observações das aulas, ocorria a preparação para a Semana da Consciência Negra que seria trabalhada na semana do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Essa preparação compreendia palestras e oficinas organizadas em sala de multimídia e efetuadas pelo PIBID de Sociologia da escola em todas as turmas de ensino médio, cujo tema foi “A estética negra como empoderamento na luta contra o racismo”.

Essa ação do PIBID de sociologia foi uma ação conjunta com a Equipe Multidisciplinar, que vinha promovendo pesquisas de perfil social com os alunos. Na ocasião daquele ano, a equipe estava empenhada em colher dados sobre discriminação racial dentro do colégio. Os dados demonstram que 90,3% dos alunos não consideram terem praticado nenhuma ação racista dentro da escola, muito embora 54% declararam já haver presenciado racismo dentro da escola (PPP, 2016, p.473) A disparidade de números pode demonstrar uma inconsistência do que é considerado racismo ou não. Além disso, 75% dos alunos declararam ser contra as cotas

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

raciais promovidas pelo governo federal, demonstrando mais uma vez a urgência de se discutir tais assuntos.

Na semana seguinte, no dia 28 de setembro de 2016, o tema da aula de Sociologia teve que ser reformulado para uma explanação sobre a Medida Provisória 746, que havia sido instituída pelo presidente Michel Temer (PMDB) na semana anterior, fato que causou intensa mobilização da sociedade civil, como, por exemplo, mesas de debate, fóruns e palestras explicativas. Boa parte dos estudantes posicionaram-se contrariamente à MP 746, atual Lei 13.415/2017 do “Novo Ensino Médio”, ao Projeto de Emenda Constitucional 55, antiga 241 (PEC do ‘teto de gastos’), à Reforma da Previdência, às privatizações, à Reforma Trabalhista e aos Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, que dispõem da inclusão do “Escola sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação nacional, propostos pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e pastor evangélico/senador Magno Malta (PR).

A palavra de ordem de “Nenhum direito a menos” foi abraçada pelos estudantes do movimento Ocupa Londrina. A MP 746, atual Lei 13.415/2017, juntamente com o encaminhamento da PEC55 para a votação na Câmara dos Deputados logo no início do mês de outubro/2016 foram o estopim para que ocorresse uma onda de protestos e ocupações nas escolas de todo Brasil. Além disso, também no início de outubro, paralelamente ocorreram paralisações e indicativos de greve dos docentes e servidores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em associação com outras universidades do estado do Paraná, como a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). O motivo da greve foi o envio de uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2017, pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A emenda suspendia o reajuste salarial do funcionalismo previsto para janeiro de 2017. Porém, após negociações, sem bons retornos para os professores e servidores na UEL, o movimento grevista foi perdendo força e anunciou-se o fim da greve dos servidores/as da UEL, porém, em contrapartida, os alunos da UEL, após assembleia deliberativa, anunciaram o início da greve estudantil.

A greve estudantil da UEL veio também acompanhada com a ocupação dos prédios da Reitoria e do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da universidade, onde os alunos do movimento grevista realizavam atividades educacionais sobre as consequências caso a PEC 241 (posteriormente PEC 55) e MP 746 fossem aprovadas. Na noite do dia 30 de novembro de 2016, após 40 dias de resistência, foi decidido o fim da greve estudantil da UEL por

meio de uma assembleia geral estudantil. As aulas nas escolas já haviam retornado no início desse mesmo mês, por conta dos pedidos de reintegração de posse.

Em Londrina, os alunos pibidianos² participaram ativamente das ocupações dos estudantes secundaristas, por meio de uma articulação para a realização de oficinas nas ocupações, promovendo, assim, intensas atividades culturais, científicas e cidadãs no decorrer da ocupação das escolas da educação básica e da greve da UEL. Em reunião geral com a coordenação do PIBID de Ciências Sociais, estabeleceu-se que cada pibidiano ficaria responsável por visitar uma ocupação em Londrina ou na sua própria cidade³. Dessa forma, durante o período de greve, foram construídos grupos de atuação nas escolas ocupadas que se localizavam mais próximas das residências dos membros do grupo, a fim de realizar oficinas que também serviram como forma de reposição de conteúdo de Sociologia, tendo em vista que Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) estava prestes a ser realizado, assim como o vestibular da UEL.

No retorno da observação das aulas, em 09 de novembro de 2016, a professora passou a utilizar com os terceiros e quartos anos de Química o livro didático baseado nas teorias de Anthony Giddens. Esse conjunto de aulas tinha como tema “Nações, Guerras e Terrorismo” e o objetivo dessa abordagem era ensinar a formação de Estados religiosos e o conceito de teocracia. Para a introdução desses conceitos foi utilizado o referencial teórico do sociólogo contemporâneo Anthony Giddens e as atividades propostas também giravam em torno do tema nações, guerras e terrorismo para entenderem o fenômeno recente do nacionalismo. Para sair do modelo tradicional de aula, foram realizados ciclos de debates após os alunos realizarem pesquisa prévia sobre grupos separatistas/extremistas, tais como: AL Qaeda, ETA, Boko Haram, O sul é meu país, entre outros. No terceiro ano de química, a professora trabalhou o sistema panóptico, de Michel Foucault, por meio do texto: “A microfísica do Poder”.

Nos dois últimos bimestres abordou-se a sociologia brasileira. Com introdução do conceito de democracia racial de Gilberto Freyre e posteriormente trabalhando com o autor Florestan Fernandes, com base no texto: “Integração do negro na sociedade de classes” e a desmistificação da democracia racial, também foi abordado o conceito de homem cordial

² Os alunos que são bolsistas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) costumam ser chamados de Pibidianos.

³ Muitos estudantes da UEL não residem em Londrina e também se destaca o fato de que a empresa Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL) cortou o passe livre tanto de estudantes da UEL quanto de estudantes secundaristas durante o período de greve, impossibilitando-os de ir e vir de ocupações que fossem muito distantes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

presente na obra de Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, entre outros. Em dezembro, foram aplicadas atividades avaliativas sobre esses temas em formas de debate ou provas escritas. A professora transmitiu orientações sobre critérios avaliativos das provas de Sociologia.

Além das observações de aula, desenvolveu-se com o grupo do PIBID, ao longo de três meses, kits para a Semana Ciência e Cultura, os quais eram compostos por indicações de leitura, de filmes, e outros materiais tanto para os alunos que ministrariam oficinas como para os demais. O evento consistiu em uma semana de atividades interdisciplinares para marcar as atividades da Semana da Consciência Negra, que teve de ser realocada para o mês de dezembro por conta das greves e ocupações. A confecção desses kits que continham brincos, turbantes e acessórios preocupou-se em criar uma estética negra como empoderamento contra o racismo. Também foram realizadas oficinas sobre a amarração de turbantes e o uso de acessórios que remetiam à cultura negra.

LIÇÕES DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

No estágio é possível apreender muito conteúdo relacionado com a prática docente que não logra ser totalmente compreendido apenas por meio de teorias. Também é possível realizar reflexões sobre a juventude e suas multiplicidades. Trabalharam-se também apontamentos sobre o papel da escola como um meio de ascensão social. Seria a escola um instrumento de ascender socialmente ou mantenedora das desigualdades como já apontaram Bourdieu e Passeron (2014)?

No que tange aos acontecimentos não previstos, que aconteceram no decorrer das práticas de estágio, destaque-se que no ano de 2016 houve uma profunda crise institucional decorrente da crise política, causando um enfraquecimento das instituições, dentre elas a Escola, que foi muito afetada. No Paraná, em meados de outubro, o movimento Ocupa Paraná foi muito forte e chegou a contar com mais de 1000 (mil) escolas ocupadas por estudantes secundaristas. Um exemplo disto foi o fato de que, em meio às ocupações acontecendo em nível nacional, a mídia regional e nacional optou por não destacar tais acontecimentos, o Jornal Nacional, por exemplo, que é o jornal de telenotícias de maior audiência do país, optou por destacar a fila de fãs do cantor internacional Justin Bieber (que já estava se formando em forma de acampamento na frente do sambódromo na cidade do Rio de Janeiro para o show do artista previsto para 29 de março de 2017) em vez de noticiar as ocupações realizadas pelos estudantes secundaristas que estavam ocorrendo em todo o país.

Quando não invisibilizavam, criminalizavam as ocupações, tachando os secundaristas de bandido/as ou de massa de manobra de partidos de esquerda. Partia também dos políticos uma tentativa de deturpação dos movimentos em relação às suas reivindicações. Tiravam o sentido político dos protestos (MP746, PEC55, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista) reduzindo-os às questões regionais.

Quando pensamos no significado do conhecimento para as diversas classes sociais, é necessário levar em conta que, nas classes menos favorecidas, frequentar a escola e construir o conhecimento significa uma preparação para o mercado de trabalho. Muitas vezes, o alunado não reflete sobre um futuro acadêmico e não entende muito bem o motivo de estar aprendendo determinados conteúdos, posto que é difícil assimilar algo que não apresenta um sentido para sua própria realidade. O mesmo processo não ocorre nas classes mais favorecidas, em que o alunado reflete sobre os conteúdos e ainda promove uma certa cobrança para o aprendizado, a fim de se preparar para os vestibulares. Quando se pensa nesse contexto da sociedade capitalista, relaciona-se tais influências com o interesse de sempre formar mão de obra, e todo o contexto da educação brasileira atual — elencado na primeira parte deste relato — destaca esse objetivo funcionalista da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos departamentos de Ciências Sociais, os bacharéis tendem a ser mais valorizados, de acordo com o que ocorre em outras áreas, com outros cursos que também oferecem dupla habilitação: bacharelado e licenciatura. Historicamente os professores estão sofrendo uma desvalorização de carreira. Diante disso, os profissionais pesquisadores (bacharéis) costumam ser mais valorizados socialmente, e também no interior da universidade, do que os profissionais licenciados, cujo foco concentra-se na docência. Diante disso, é necessário que os novos licenciados e bacharéis tornem-se profissionais que cultivem um perfil radicado no que se conhece como professor-pesquisador.

Destarte, é fundamental que os professores de todas as etapas exerçam a pesquisa para preparar suas aulas, em contrapartida também é fundamental que os professores do ensino superior, mesmo o que sejam apenas bacharéis, recebam formação docente adequada, pois a habilidade de realizar boas pesquisas não garante que o professor saberá ministrar uma aula de qualidade aos seus alunos. Sendo assim, o período de realização de estágio oferecido pela licenciatura é fundamental para a formação dos professores. Principalmente porque o estágio

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

propicia práticas de pesquisa, de organização e preparação de aulas e de atividades diversas que são realizadas no ambiente escolar e isso é fundamental para uma boa formação docente.

Durante o período de ocupação nas escolas e greve estudantil, também foi possível realizar uma reflexão acerca do modelo hierárquico de ensino e de práticas pedagógicas que ainda são muito tradicionais e radicadas no autoritarismo. Observar a experiência das ocupações juntamente com os secundaristas, sua forma de atuação e combate, seu engajamento, foi muito importante em meio a um cenário nacional tão desanimador e serviu de inspiração para vislumbrar novos meios de luta e resistência contra as formas de opressão que ainda se encontram tão presentes no cotidiano.

Deve-se valorizar a resistência desses/as jovens, principalmente porque a mídia tenta sempre invisibilizar esse tipo de acontecimento. Em síntese, destacou-se como marcante nesse período de estágio, concomitante a tantos acontecimentos sociais relevantes, que a luta pelo ensino de Sociologia deve ser abordada como força motriz da luta pelos direitos humanos, pela cidadania e pela democracia, uma vez que ainda não há a devida valorização da educação e da criticidade como aliadas aos princípios democráticos de acesso à educação e à própria democracia.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Sharon. Governo irá ajustar hora-atividade dos professores no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-ira-ajustar-hora-atividade-dos-professores-no-parana-a5vvuc4il1nlxzixah1hztjn7/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

APP SINDICATO. **Professores(as) e funcionários(as) da rede estadual estão há dois anos sem reajuste salarial**. 31 jan. 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/professores-e-funcionarios-da-rede-estadual-estao-ha-dois-anos-sem-reajuste-salarial/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

BODART, Cristiano das Neves Bodart; SILVA, Roniel Sampaio Silva. Um “raio-x” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 22, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745/28585>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Publicado. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: conhecimentos de Sociologia**. Brasília: MEC: DPEM, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: parte I bases legais**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **PL nº1446/2011**. Estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503896>. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **PLC nº9/2000**. Altera o artigo 36 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=43730>. Acesso em: 7 jun. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES. **Projeto político pedagógico**. Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.ldaalbinosanches.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/192/arquivos/File/PPP2016.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 7 jun. 2019.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti de. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 41-53, 1. sem. 2018.

FHC veta filosofia e sociologia no ensino médio. **Estadão**, São Paulo, 9 out. 2001. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-veta-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio,20011009p33663>. Acesso em: 5 jul. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola 'sem'**

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

MELLO, João. Após protestos, Richa não vai fechar escolas no Paraná. **GGN**, 31 out. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/apos-protestos-richa-nao-vai-fechar-escolas-no-parana/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/25163/18213>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MORAES, Amaury Cesar de. Ciência e ideologia na prática dos professores de sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a08.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NUSSBAUM, Martha. Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Redescrições**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2009.

PENNA, Fernando. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. *In*: PENNA, Fernando de Araujo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação democrática**: antídoto ao escola sem partido. Rio de Janeiro: LPP, 2018. p. 111-130.

SILVA, Ileizi L. F.; VICENTE, D. V. Quadro nacional dos docentes de Sociologia no ensino médio: desafios da formação docente entre textos, dados e contextos. **O Público e o Privado (UECE)**, v. 24, p. 36-47, 2014.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018

MAUSS, Marcel. **A Nação**, São Paulo, Três Estrelas, 2017, 359 p.

Jayme Lopes*

Marcel Mauss (1872 – 1950) tem sua popularidade relacionada aos trabalhos como antropólogo, principalmente a partir de sua obra clássica *Ensaio Sobre a Dádiva*. Sem dúvida este trabalho é um marco da Antropologia Francesa, que conseguiu sistematizar questões relativas à reciprocidade em sociedades arcaicas e é, hoje, constantemente resgatada como um dos modelos interpretativos sobre os fundamentos da solidariedade nas sociedades contemporâneas.

A obra resenhada aqui *A nação*, se junta a concepção da revista *Année Sociologique* realizada em parceria com seu tio Emile Durkheim, como uma das poucas incursões sociológicas do autor. Organizada e compilada por Marcel Fournier e Jean Terrier, reúne uma série de fragmentos escritos ao longo dos anos da década de 1920 após seu retorno do serviço militar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Por essa questão, a dimensão histórica da guerra é uma grande influenciadora desta obra. Há indícios que “permitem supor que Marcel Mauss já projetava um livro sobre a nação quando se encontrava na linha de frente do conflito” (p.14). Sendo assim, *A nação* pode ser percebida também como “um projeto de pacificação duradoura das relações internacionais”. (p.24).

Além da busca pela paz, a obra versa sobretudo a respeito do desenvolvimento morfológico de uma nação, através de um amplo esforço pela totalidade da definição do fenômeno e dos parâmetros aos quais tenderiam todas as sociedades. Principalmente por que, nas décadas do século XX, nação “[...] era um termo relativamente recente na linguagem técnica de juristas e filósofos e mais ainda na linguagem dos povos em si” (p.57).

*Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Mestre em Antropologia Social e Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências

Sociais (FLACSO). É membro do grupo de pesquisa em Elites Políticas Brasileiras (EPB/PUC-Rio).

E-mail: jaymekrlopes@gmail.com; Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-5162-812X>

Contudo, é importante que se diga que se trata de um livro inacabado, que não seria publicado nem se quer concluído de fato durante vida. E, após a morte de Marcel Mauss, apenas fragmentos seriam colocados à disposição do público. Muito desta condição se deve a interrupção constante da escrita por uma congestão pulmonar, por seu engajamento político e pela sua dedicação a outros trabalhos.

A respeito da organização da obra, *A nação* primeiramente tem análises escritas por Jean Terrier e Marcel Fournier: “A nação: uma expedição no campo normativo” (p.10) e “Notas sobre o estabelecimento do texto” (p.38). Já ao final, um anexo escrito por Florence Weber denominado “Para além da grande partilha” (p.341).

No que diz respeito a obra exclusivamente de Mauss constituem as partes: “A nação, ou o sentido do social” (p.46), “Da nação como gênero de sociedade” (p.56), “As relações internacionais, ou Do internacionalismo” (p.94) e “Das nacionalizações, ou Do socialismo” (p.182).

O ponto inicial destes escritos parte da caracterização uma sociedade que merece ser reconhecida como uma nação. Para isso, o autor se dedica inicialmente a encontrar as preposições que justifiquem tal classificação, relacionando as mudanças sociais que levam a uma organização política e social estável, integrada e relacionada a um poder central.

A estabilidade e integridade aparecem neste sentido como questões centrais para Mauss. Ao ponto de julgar que, no absolutismo francês ou inglês, ou mesmo na era dos Czares russos, a instabilidade criada através da separação entre soberano e cidadão caracteriza Estados que não mereciam ser chamados de nação. Apenas poderia ter tal denominação “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e a suas leis” (p.70).

Em uma segunda questão chave para definição de uma nação, estaria na unidade econômica como uma necessidade material. Nesta condição, seria imprescindível o desenvolvimento de um direito público central nas nações modernas, e resultado do estado econômico da sociedade.

Para tanto, Marcel Mauss classifica a vida econômica de uma sociedade em três fases: a (1) economia fechada que remete aos clãs e famílias, e a produção de subsistência; a (2)

economia urbana que se relaciona a multiplicação das cidades e a invenção da moeda, e finalmente a (3) economia nacional que constitui sistemas de troca interurbanos e rurais, que alterariam as necessidades e os recursos dos povos com “volume e densidade cada vez maiores” (p. 77).

Mauss deixa claro que o aumento da força e da riqueza das nações resultou não em uma uniformização das civilizações, mas sim em uma profunda individualização da nação e das nacionalidades. Assim, florescem as diferenciações entre Estados, da história, das artes, da política, do direito e dos interesses, criando civilizações vastas e particulares. Para o autor, conflitos econômicos nacionais, as rivalidades diplomáticas e militares por sua vez, só vieram a acirrar os esforços por independências e singularizações.

Igualmente como a noção de cidadão, que simbolizaria a totalidade dos direitos de um membro desta nação singular e a noção de pátria, refletindo a totalidade de deveres que tem o cidadão com a nação e seu território.

A questão da língua também é algo de extrema relevância. A coexistência entre língua e nacionalidade resulta na “[...] reivindicação ainda surda, mas que sempre esteve latente, da nação aos que falam sua língua” (p.86). Assim, “[...] os critérios linguísticos serviram de argumento, a quantidade de vocábulos de léxico ou da onomástica geográfica passível de indicar tal ou qual coisa em termos de origem foram objeto de discussão” (p.86).

Também se nota a abordagem a respeito do internacionalismo ou multilateralismo, que ocupa um lugar arquetipo dentro da obra de Marcel Mauss. Em sua análise, a formação de grupos cada vez maiores “[...] é uma das leis mais bem constatadas da história” (p. 97). Onde a nação é o resultado de trocas e empréstimos, sejam de costumes ou de técnicas, econômicas, linguísticas ou jurídicas, “mergulhadas em um banho de civilização” (p. 100).

Também há um espaço dedicado a análise dos pontos de colisão, contato e reciprocidade, que dariam origem as relações internacionais. Uma delas é a dependência econômica entre nações e “[...] de certo tom do mercado mundial, particularmente o dos metais preciosos, padrão de valores” (p. 103). Padrões estes, igualmente relacionados às técnicas, estéticas, religiões, fatos jurídicos e fatos linguísticos segundo Mauss.

Neste quadro os fatos linguísticos tomam ainda mais importância, sobretudo, por serem marcas de oposição entre uma nação e outra. É por meio da língua e por causa de suas línguas, que uma sociedade aparenta ser impenetrável a outra. Da mesma forma que linguagens especiais como o Latim ou o Grego extrapolam a partir das sociedades e nas sociedades, tanto a partir de técnicas, quanto de religiões e das artes.

Por este caminho, “a retórica, a lógica grega, a dialética e a sofística ainda são a base de

nossa mentalidade” (p. 115), bem como, o desenvolvimento da economia e do direito veio “acompanhado por uma linguagem específica e idêntica em todo canto” (p.116).

Outra questão é a dimensão morfológica. Marcel Mauss chama assim, estradas, meios de comunicação e grupos intersociais, guerra e paz, subordinação e colonização. É importante destacar que as estradas e os meios de comunicação tornaram as trocas possíveis e necessárias para todas as sociedades, produzindo uma “vascularização de circulação intensa e forte” (p.125). À medida que a intensidade e a instantaneidade das informações aumentaram, tornou-se mais palpável a interdependência entre nações.

A obra deixa clara a influência das questões sobre guerra e paz. Segundo Mauss, a guerra pode ser tão antiga quanto a humanidade, mas todo o progresso da humanidade “consistiu não em uma redução do custo das guerras, mas em certa redução de sua frequência [...]” (p. 121). Para o autor, a necessidade de paz é tão antiga quanto as tendências bélicas.

A obra se propõe a idealizar uma sociedade plena e uma nação em estado de paz. Este estado de paz só se compreende nas nações senhoras dos seus destinos econômicos e capazes de préstimos recíprocos acima dos particulares. Por este caminho, é apontado o socialismo como um dos processos inerentes a este desenvolvimento, que seria para o autor, “algo mais amplo que os sistemas socialistas; é um movimento social moderno [...]” (p. 190), sendo “um conjunto de ideias, forças, grupos que tendem a regular, pela nação, a vida econômica como um todo” (p. 191).

Ao final, levando em consideração os limites de uma obra inacabada, nos parece que *A nação* além de atentar para uma reflexão dinâmica sobre a construção das nações e dos internacionalismos, é um documento notável para uma compreensão de seu autor Marcel Mauss, e de sua época. Mas é sobretudo um tema de análise extremamente contemporâneo, principalmente quando pensamos no ressurgimento de grupos políticos nacionalistas de extrema direita, que tem em seu discurso o resgate de uma suposta nação originária.

AUTORES / COLABORADORES

AUTHORS / COLLABORATORS

ALINE MARIA DA SILVA ALMEIDA

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR 2018-2020). Possui também Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, (UEL) (2018).

E-mail: aline.uelcs@gmail.com

ALINE OLIVEIRA GOMES DA SILVA

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (2018) e Mestra em Ciências Sociais (2018) pela mesma instituição. É professora de Educação Básica no Município de Londrina.

E-mail: aline131290@hotmail.com

CÉSAR SALINAS RAMOS

Graduado en Sociología y Ciencia Políticas por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, actualmente maestrante en Estética y Filosofía del Arte en la Universidad Federal de Ouro Preto, becario del Programa de Alianzas para la Educación y la Capacitación Becas Brasil (PAEC), otorgada por la Organización de los Estados Americanos (OEA) y el Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) 2017

E-mail: cesarsalinasramos@gmail.com

LAIS REGINA KRUCZVESKI

Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2019). Possui também especialização em Ensino de Sociologia e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: lais_kruczeveski@hotmail.com

JAYME K. R. LOPES

Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Mestre em Antropologia Social e Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). É membro do grupo de pesquisa em Elites Políticas Brasileiras (EPB/PUC-Rio).

E-mail: jaymekrlopes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5162-812X>

LARISSA BONFIM

Professora e artista da dança graduada nos cursos de bacharelado e licenciatura em Dança da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2007-2012). Atualmente cursa Ciências Sociais Licenciatura na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (Bolsista CAPES/CNPq). Tem interesse nas áreas de artes da cena, educação e antropologia, com ênfase em corpo, performance e cultura popular.

E-mail: larissa.bonfim1988@gmail.com

GABRIEL JOERKE

Doutorando em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM), na Linha de Pesquisa Sociedade Civil Organizada, Movimentos Sociais e Terceiro Setor. Doutor h.C. em Literatura pelo Centro Sarmarthiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos (CSAEFH/RJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS). Especialista em Educação para o Pensar pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Filosofia pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Especialista em Didática e Metodologia de Ensino pela FIFASUL. Professor concursado de Educação Básica, Média e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Professor e coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia, no Centro de Referência de Jaciara, Campus São Vicente (IFMT).

E-mail: gabriel.joerke@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9131-4416>

/ <http://lattes.cnpq.br/1294626671096024>

DIRETRIZES PARA AUTORES / GUIDELINES FOR AUTHORS

Serão aceitos trabalhos na forma de artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, traduções, informes nas áreas de **Antropologia**, **Sociologia** e/ou **Ciências Políticas**:

1. Exclusivamente, trabalhos de estudante de qualquer curso de ciências sociais na condição de autores como graduandos/graduados/mestrandos/doutorandos e co-autores sendo orientadores (professores);
2. Trabalhos originais e inéditos, preferencialmente em português, porém, serão aceitos também trabalhos inglês, espanhol e francês;
3. A revista terá uma sessão temática e uma sessão de trabalhos avulsos, na qual só terá validade para submissão de trabalhos que se enquadrem ao perfil e linha editorial, e por fim da qualidade dos textos submetidos;
4. Só serão aceitos textos que se adequem às regras aqui expostas. É direito e responsabilidade do Comitê Editorial recusar, rejeitar ou sugerir modificação dos trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que sejam considerados inadequados aos objetivos da revista. No caso de sugestão de modificação o autor terá um prazo de 2 (duas) semanas para revisar e modificar seu trabalho, este será novamente submetido à análise;
5. Os artigos deverão ser enviados em formato compatível com Word 97-2003 (DOC ou DOCX) ou OpenOffice (PDT);
6. Prezando pela qualidade, a revista terá mínimo de 10 publicações por número, já o limite máximo será de 24 publicações por volume.

FORMATAÇÃO GERAL DO DOCUMENTO

1. Página A4, Fonte Times New Roman, tamanho 12;
2. Espaçamento entre linhas 1,5 pt (um e meio). Referentes às referências bibliográficas e as notas deverão apresentar 1 pt (um) de espaçamento;
3. Parágrafo com recuo de 1,25 cm;
4. Margem superior e esquerda 03 cm (três), inferior e direita 2 cm (dois);
5. Alinhamento Justificado (não devem ser usados barras, travessões, hifens, asteriscos e outros sinais gráficos na margem lateral direita do texto, que não deve apresentar saliência e reentrância);
6. O documento não deve apresentar numeração das páginas.

GRIFOS

Aspas: apenas para metáforas, transcrições e citações;
Negrito: somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos;
Sublinhado: jamais é utilizado;
Itálico: palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

ORIENTAÇÕES GERAIS DOS TRABALHOS

Artigos: Deve ser originais, ter entre 08 (oito) e 20 (vinte) páginas (até 10.000 palavras, incluindo referências e notas); contendo resumo até 400 palavras, quatro ou cinco palavras-chave, português.

Estrutura do artigo:

1. Título do Artigo (Em maiúsculo, negrito, centralizado, Times New Roman, tamanho 12);
2. Introdução;
3. Desenvolvimento;
4. Conclusão;
5. Anexos (imagens, tabelas etc. devem ficar dentro do texto);
6. Notas devem ficar no rodapé;
7. Referências Bibliográficas.

Resenhas: As resenhas devem ser de obras recentes, no máximo dois anos anteriores ao ano da chamada; e para obras ainda sem tradução para o português, no máximo, cinco anos anteriores ao ano da chamada. Deverão ter no máximo 06 (seis) páginas (até 1.200 palavras), contendo como título apenas a referência do livro e páginas utilizadas.

Ensaio: Devem ser originais, ter entre 08 (oito) e 20 (vinte) páginas (até 10.000 palavras, incluindo referências e notas); contendo resumo até 400 palavras, quatro ou cinco palavras-chave.

Entrevistas: Textos contendo até 2.500 palavras, informando nome(s) dos entrevistado(s) e entrevistador(es). Não se esquecendo de solicitar uma autorização do(s) entrevistados, concordando com a publicação das informações prestada nas entrevistas.

Traduções: Deve ser de textos ainda não traduzidos na língua portuguesa, deve conter título, nome(s) do(s) autor(es) e dos tradutor(es). Não se esquecer de anexar cópia do texto original utilizado na tradução, juntamente com o termo de autorização, contendo direitos autorais, que estará permitindo publicação em português. Até 10.000 (dez mil) palavras.

Informes: Deve ser originais, ter entre 02 (dois) e 05 (cinco) páginas; informando algum evento científico, ou experiências a partir de projetos de extensão, PIBIC, PIBID, PETs, núcleos de pesquisas, pesquisas envolvidas nas áreas de educação, sociologia, antropologia e ciência política.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PPGA **UFPE**
Pós-Graduação em Antropologia